

TENENTE-CORONEL NILSON CARLOS ROSA

**COMBATE À VIOLÊNCIA ESCOLAR A PARTIR DA ATUAÇÃO
DA ESCOLA, DA FAMÍLIA E DA POLÍCIA MILITAR**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Estratégia de Doutorado em Segurança Pública.

Orientadora Metodológica: Professora Doutora Helena Nunes Silva

Orientador de Conteúdo: Ten.-Cel. Ademar Cunha Sobrinho

CURITIBA

2008

À Minha amada esposa Isabel Cristina e
às minhas filhas Tatiane, Thaís e Talissa,
pelo amor, apoio, carinho e compreensão
não só nesse período em busca do
conhecimento, mas em toda a minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me propiciado estar aqui neste momento.

Aos Meus pais, Marilda do Rocio Rosa e João Rosa (*in memoriam*) pela lição de vida e educação que me proporcionaram.

À Professora Doutora Helena Nunes Silva, orientadora metodológica, pelos ensinamentos, pela paciência e pelo senso de profissionalismo, tão importantes para a consecução desse trabalho.

Ao Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê, Coronel QOPM Joacyr José da Silva e ao seu Subcomandante Ten.-Cel. QOPM Carlos Henrique Dias Bozza, pela presteza no atendimento aos alunos do Curso Superior de Polícia-2008.

Aos colegas do CSP, Curso Doutorado em Estratégias de Segurança Pública de 2008 da PMPR/UFPR, pelo clima de camaradagem existente, pela possibilidade de rever colegas de turma e de aproximação de outros que não eram tão próximos.

Ao Tenente-Coronel Ademar Cunha Sobrinho, por ter emprestado seu nome na orientação desse trabalho, e por todo apoio prestado.

Ao Cap QOPM Mário Jorge da STE da Academia Policial Militar do Guatupê, o qual dentro de suas atribuições funcionais, não mediu esforços para colaborar com os alunos do CSP-2008.

À Sargento Claudete, pela presença constante nas aulas da UFPR, por todo o apoio prestado para que as aulas estivessem sempre em condições ideais de apresentação.

Aos professores civis e militares que muito se esforçaram para nos transmitir um pouco de seu conhecimento, a certeza de que muito levaremos de cada um.

À Margarete Maria Lemes, por seu profissionalismo, dedicação junto à Patrulha Escolar, por sua atuação, dinamismo, responsabilidade, e por ter colaborado e contribuído para a consecução desse trabalho.

À professora Lia Burigo e ao professor José Luciano Ferreira de Almeida da Coordenadoria de Desafios Educacionais Contemporâneos da Diretoria de Políticas Públicas Educacionais pela riqueza das informações fornecidas.

Às demais pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para que esse curso pudesse chegar ao seu final.

RESUMO

O presente estudo pretende contribuir para o debate sobre a violência na escola e sobre como estabelecer medidas preventivas dentro do enfoque de que a melhor forma de prevenção é a união de esforços entre a família, a escola e a Polícia Militar. As ações de prevenção nas escolas abrangem uma diversidade de tratamentos, de públicos-alvo, visando a prevenir diferentes comportamentos e diferentes problemas. Há situações que têm como alvo apenas os alunos, outras afetam alunos e professores, e ainda aquelas que buscam atingir a comunidade escolar. Mostra-se como a escola, a comunidade, órgãos governamentais e a Polícia Militar podem dar uma contribuição no combate à violência cotidiana que permeia a escola. Atuar na prevenção e no combate à violência escolar é tarefa das mais importantes, pois é nas escolas que estão sendo formados os cidadãos do futuro. Assim, a Polícia Militar em parceria com a Secretaria de Educação aproxima-se da comunidade realizando atividades preventivas com a participação de todos. Foi feita uma pesquisa exploratória, qualitativa, não-experimental com pesquisa bibliográfica e empírica em documentos, livros, pesquisa em órgãos governamentais a fim de destacar o papel da escola, do professor, da família, bem como da Polícia Militar na prevenção da violência escolar. Para tanto, estabelecem-se ações coletivas da família, da escola e da Polícia Militar no combate à violência escolar, identificando medidas preventivas no combate à violência escolar e ao vandalismo, bem como verificando as competências e atribuições da escola, família e da Polícia Militar no combate à violência escolar. Obteve-se como resultado nessa pesquisa a constatação de que existem programas governamentais no Estado do Paraná, seja pela participação da Secretaria de Educação, seja pelas ações da Polícia Militar com a Patrulha Escolar Comunitária, a qual vem desenvolvendo parcerias com a participação de toda a comunidade escolar, o que demonstra pelas atividades desenvolvidas que o envolvimento da família, cada um consciente do seu papel, da comunidade, compreendida aqui sua relevância, é a alternativa mais real de se combater a violência escolar. Assim, esses programas devem continuar sendo aplicados e, ainda, aqueles que por ventura não estão sendo desenvolvidos, haja esforços conjuntos no sentido de implantação o mais breve possível.

Palavras-chave: Escola; Família; Violência; Prevenção; Polícia Militar; Programas de prevenção.

ABSTRACT

The present study intends to contribute for the debate on the violence in the school and on how to establish preventive measures inside of the focus that the best prevention form is the union of efforts among the family, the school and the Military Police. The prevention actions in the schools include a diversity of treatments, of target public, seeking to prevent different behaviors and different problems. There are situations that have as target just the students, another affect students and teachers, and still those that look for reach the school community. It is shown how the school, the community, governmental departments and the Military Police can give a contribution in the combat to the daily violence that permeates the school. To act in the prevention and in the combat to the school violence is one of the most important tasks, because it is at the schools that the citizens of the future are being formed. So, the Military Police in partnership with the Education Department approaches to the community, accomplishing preventive activities with the participation of everybody. It was made an exploratory, qualitative and no-experimental research with bibliographical and empiric research in documents, books, research in governmental departments in order to detach the paper of the school, of the teacher, of the family, as well as of the Military Police in the prevention of the school violence. For so much, they were established class actions of the family, of the school and of the Military Police in the combat to the school violence, identifying preventive measures in the combat to the school violence and the vandalism, as well as verifying the competences and attributions of the school, family and of the Military Police in the combat to the school violence. It was obtained as result in that research the verification that government programs exist in the State of Paraná, through the participation of the Education Department or the actions of the Military Police with the Community School Patrol, which is developing partnerships with the participation of the whole school community, what demonstrates through the activities developed that the involvement of the family, each one conscious of its role, and of the community, understood its relevance in here, is a more realistic alternative of combatting the school violence. So, those programs should continue being applied and, still, those that are not being developed by fortune, that there will be united efforts in sense of their implantation the more possible abbreviation.

Keywords: School; Family; Violence; Prevention; Military Police; Prevention programs.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 PROBLEMA.....	11
1.2 JUSTIFICATIVA.....	12
1.3 OBJETIVOS.....	14
1.3.1 Objetivo geral	14
1.3.2 Objetivos específicos	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 VIOLÊNCIA.....	15
2.2 A ESCOLA E A VIOLÊNCIA	20
2.3 PREVENÇÃO E A VIOLÊNCIA.....	26
2.4 O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO.....	31
2.5 A POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	33
2.5.1 A concepção de Polícia Comunitária	36
2.5.2 A Polícia Comunitária na Polícia Militar do Paraná	38
2.5.2.1 O Projeto POVO	39
2.5.2.2 Patrulha Escolar Comunitária (PEC).....	41
3 PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA.....	49
4 METODOLOGIA.....	63
4.1 CARACTERIZAÇÃO	63
4.2 COLETA DE DADOS.....	63
4.3 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE	64
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	66
6 AÇÕES COLETIVAS.....	68
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

Todos os dias ocorrem manifestações da imprensa em relação ao aumento da violência nas escolas, mostrando-a nas relações aluno-professor, aluno-diretor, comunidade-escola.

Este trabalho tem a intenção de contribuir para o debate sobre a violência na escola e sobre como estabelecer medidas preventivas dentro do enfoque de que a melhor forma de prevenção é a união de esforços entre a família, a escola, a Polícia Militar, a qual pode e deve ser identificada como princípio basilar da polícia Comunitária, filosofia estratégica em que está incluído este tema; assim, todos atuando como agentes socializadores oportunizarão condições para que a criança e os jovens se desenvolvam de modo saudável

A reflexão sobre a violência na escola e sua prevenção deve ultrapassar barreiras físicas e de caráter punitivo para seguir em uma discussão em torno da melhor e mais duradoura prevenção do desenvolvimento saudável e como isso exige melhores condições de aprendizagem.

O papel que a escola desempenha na vida das crianças e jovens faz com que ela seja um importante agente transformador do processo de socialização. Isso se deve, em grande parte, às mudanças ocorridas na composição das famílias e à entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho.

A partir desse novo contexto, os educadores, então, devem estar conscientes da ampliação de seu papel. O fato é que, direta ou indiretamente, a escola passou a ter outras responsabilidades, além daquela de prover os conteúdos educacionais tradicionais, pois é nas escolas que milhares de crianças aprendem a se relacionar umas com as outras, adquirem valores e crenças, desenvolvem senso crítico, auto-estima e segurança.

Esse papel tem ainda maior importância quando há, na comunidade, uma rede de serviços de proteção social que dê um atendimento suplementar a essas crianças e jovens, naqueles intervalos em que o término do período escolar e a volta de seus pais para casa. Nesses contextos, a escola pode ser, e com frequência o é, o único local onde crianças e jovens têm um contato estruturado com adultos outros que a família.

Quando se reporta ao termo “violência”, relevante ressaltar que pode envolver desde agressões graves até pequenas incivildades que acontecem na escola. O problema pode tornar-se impensável devido aos inúmeros tipos de situações envolvidas ou pode, simplesmente, passar a criminalizar e estigmatizar padrões de comportamento comuns no ambiente escolar.

A qualidade da experiência escolar e o bom desempenho escolar são reconhecidamente fatores de proteção contra o risco de se envolverem em problemas. O fato de as crianças permanecerem por períodos nas escolas pode explicar a necessidade de se ter programas de prevenção de violência aplicados em escolas.

A escola é o local onde as crianças podem desenvolver suas habilidades e seus potenciais. É um agente-chave na promoção do desenvolvimento saudável das crianças e jovens. Isso faz com que se tenha uma transição bem-sucedida para a fase adulta, o que pode significar um distanciamento dos jovens da violência, das drogas e do fracasso escolar.

O presente estudo pretende, então, mostrar como a família, a escola e a Polícia Militar podem atuar juntas na prevenção da violência escolar, para tanto visou-se a estabelecer ações coletivas da família, escola e da Polícia Militar no combate à violência escolar, identificar medidas preventivas no combate à violência escolar, identificar medidas preventivas no combate ao vandalismo, bem como verificar quais as competências e atribuições da escola, da família e da Polícia Militar no combate à violência escolar.

Para tanto, distribuiu-se o presente estudo em capítulos; no primeiro capítulo, uma Introdução, em que se incluiu o problema a ser discutido, a justificativa e os objetivos elencados, que nortearam o presente trabalho. Em seguida, teve-se o referencial teórico, em que foram feitas pesquisas bibliográficas, sendo destacados pensamentos de vários estudiosos sobre a violência, sua relação com a escola e com a prevenção, também o papel da família na educação e a atuação da Polícia Militar na prevenção da violência, com alguns de seus programas. No terceiro capítulo, foram selecionados alguns programas de prevenção à violência escolar. No quarto capítulo, foi estabelecida a metodologia empregada com as informações obtidas sendo analisadas, e os resultados discutidos. Por fim, foram feitas algumas considerações conclusivas retomando aspectos salientados ao longo do trabalho.

1.1 PROBLEMA

A escola desempenha um papel extremamente importante, seja no presente quanto na preparação para o futuro de cada um, embora apresente em determinadas circunstâncias casos de violência. Essa violência, em muitos casos, ou é tratada como um caso de polícia, ou é subestimada.

Este estudo pretendeu mostrar como a família, a escola e a Polícia Militar podem atuar juntas na prevenção da violência escolar.

Importante registrar que as ações de prevenção nas escolas abrangem uma diversidade de tratamentos, de públicos-alvo, e têm como objetivo prevenir diferentes tipos de comportamentos problema. Há situações que têm como alvo apenas os alunos, outras afetam alunos e professores, e ainda aquelas que buscam mudanças no espaço físico da escola

São ações que visam a informar aos jovens sobre os riscos de alguns comportamentos, outras visam a mudar valores e atitudes. Outras ainda são programas de aprendizagem social e emocional a fim de lhes proporcionar alternativas para administrarem situações de risco.

A violência protagonizada pelos jovens nas escolas é uma realidade inegável. A sociedade terá que se organizar e insurgir-se ativamente contra este fenômeno. De igual modo, a escola terá que ajustar os seus conteúdos programáticos e acercar-se mais às crianças. Devido às exigências, as famílias muitas vezes destituem-se da sua função educativa, delegando-a à escola. No meio de toda esta confusão, estão as crianças, que, atuam conforme aquilo que observam e agem consoante os estímulos do meio. Meio esse que por vezes oferece modelos de conduta e referências positivas questionáveis.

É de se constatar a relevância dos contextos sociais dos jovens, aparecendo bem focados como fatores desencadeantes de comportamentos violentos a desagregação familiar, a pouca ou inexistente atração pela escola, o grupo de amigos portadores de armas, consumo de álcool, cigarro e até drogas e o acesso excessivo aos programas de televisão, internet, etc.

Os comportamentos violentos na escola têm uma intencionalidade lesiva. Podem ser exógenos, ou seja, determinados de fora para dentro, como acontece

nos bairros degradados invadidos pela miséria e pela tóxico-dependência, em que agentes estranhos ao meio o invadem e destroem; pode tratar-se de violência contra a escola, em que alunos-problema assumem um verdadeiro desafio à ordem e à hierarquia escolares, destruindo material e impondo um ambiente de desrespeito permanente; ou são simplesmente comportamentos violentos na escola, que ocorrem, sobretudo, quando esta não organiza ambientes suficientemente tranquilos para a construção de valores específicos deste local. A violência pode ser desencadeada a partir de muitas situações de indisciplina que não foram resolvidas e que constituem a origem de um comportamento mais agressivo.

Para combater a violência, a escola deve analisar a forma como é exercido o seu controle, deve organizar-se pedagogicamente para conseguir deter a violência não só no seu interior, mas também no exterior.

Da mesma forma, a família deve exercer o seu papel na educação, não transferindo para a escola toda a formação de seu filho.

Nesse contexto, deve-se perguntar qual o papel da escola, da família, ainda, e até, se há, e quando ocorre, necessidade de intervenção da Polícia Militar, ou em conjunto com esses, seja em atuação preventiva ou até mesmo na repressão a algum ato ilícito, quando já ultrapassada a participação da família e da escola. Ousa-se dizer, inclusive, que a escola não é lugar de “polícia”. É lugar de alunos, professores, pais, educadores, ensino, conhecimento, aprendizagem. Mas, no atual cenário, às vezes, a polícia passa a ser o primeiro recurso quando, pedagogicamente, deveria ser um dos últimos. Essa é a nossa realidade.

Neste contexto é que o presente estudo pretendeu, assim, mostrar como a família, a escola e a Polícia Militar podem atuar juntas na prevenção da violência escolar, devolvendo à escola a tranquilidade necessária a este importante ambiente comunitário e social.

1.2 JUSTIFICATIVA

A violência nas escolas não é um fenômeno novo. Mas tem tomado proporções tais que a escola não sabe que medidas tomar para resolver este problema.

Com base nisso, é necessário que se reflita sobre violência e suas conseqüências no ambiente escolar, sobre de que forma a família em conjunto com a escola, e com a participação, quando necessário, da Polícia Militar, podem atuar na prevenção da violência escolar. Assim, poder-se-á garantir um ambiente escolar seguro que proporcione a formação de verdadeiros cidadãos.

Torna-se relevante sensibilizar pais e educadores para identificar diferentes formas de prevenção. Quando se fala em violência na escola, pensa-se logo em crimes, homicídios, tiros, tráfico, etc; embora isso seja mais impactante, não ocorre em todas as escolas, e em relação a isso a escola pode fazer muito pouco. É preciso eliminar essa visão estereotipada da violência escolar.

Com este estudo, pretendeu-se mostrar como a escola e a comunidade podem dar uma grande contribuição no combate à violência cotidiana. Essa violência aparentemente leve, brincadeiras de mau gosto, das agressões verbais, do clima de desordem e desrespeito não pode ser negligenciada. Nessa esfera, a escola pode fazer a prevenção e evitar ocorrências graves. É importante lembrar que os conflitos interpessoais existentes nas escolas não devem ser transformados em violência.

Para a prevenção, há a necessidade de uma participação de toda a comunidade escolar em projetos coletivos integrados à realidade da escola. A ação pode ser efetiva quando está integrada ao projeto pedagógico e quando se trabalha com a mediação de conflitos. Os conflitos diários acontecem, devem ser tratados de forma que não virem violência.

Relevante mencionar que é no ambiente escolar que as crianças aprendem a se relacionar umas com as outras, adquirem valores e crenças, desenvolvem um senso crítico, auto-estima e segurança. Todavia, quando prevalece um clima hostil, de incivilidade e desrespeito, a probabilidade à violência se propaga pela sociedade.

Não basta à escola apenas conteúdos educacionais, é preciso uma união de esforços em atividades preventivas. Essa união de esforços deve visar a instrumentos que possam ser implementados numa abordagem preventiva a fim de que possa ser superada a violência que ocupa o ambiente escolar.

Portanto, espera-se que o resultado deste estudo possa contribuir para o estabelecimento de ações coletivas no combate à violência escolar, reforçando e fortalecendo as ações de Polícia Comunitária que estão sendo gradualmente implantados e implementados, não só no Paraná mas também em todo o país.

1.3 OBJETIVOS

Neste item serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos que irão nortear todo o desenvolvimento desse trabalho.

1.3.1 Objetivo geral

Estabelecer ações coletivas da família, escola e da Polícia Militar no combate à violência escolar.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) identificar medidas preventivas no combate à violência escolar;
- b) identificar medidas preventivas no combate ao vandalismo;
- c) verificar quais as competências e atribuições da escola, da família e da Polícia Militar no combate à violência escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de subsidiar este trabalho, foi feita uma leitura de obras de estudiosos, em violência nas escolas, de legislações pertinentes, de legislações afetas à Polícia Militar. Abaixo, foi feita, inicialmente, uma abordagem superficial sobre educação para depois tratar da violência, sua relação com a escola, a relação da prevenção e a violência, o papel da família na educação, e a Polícia Militar na prevenção da violência escolar.

A educação deve privilegiar o ser humano como um todo, capacitando-o para que tenha consciência da sua identidade, bem como do meio em que vive, assim, refletir sobre educação é refletir sobre o próprio ser humano.

Como é um bem público fundamental para a sociedade, a escola deve englobar o professor, a família e a escola em si para desempenharem a função de formar cidadãos para o futuro, dando assistência e cobertura em conjunto, transformando simples reuniões de pais e escola numa atividade produtiva, de acolhimento de problemas e de troca de informações e capacitação para resolver os problemas da comunidade e da escola, em particular aqueles referentes à violência e à escolarização desses problemas também.

As pessoas são movidas pela convicção de que é tarefa essencial da educação escolar superar e afastar todos os dias as idéias obscurantistas contidas no preconceito, nas discriminações raciais, sociais e nos problemas reais. E a violência, nesse contexto, é um problema real, como também a policialização desses problemas também é real.

2.1 VIOLÊNCIA

A violência na escola é um fenômeno social. Em muitas cidades, as escolas são palco de situações de violência. Quase sempre, a violência não é um ato gratuito, mas uma reação àquilo que a escola significa, ou, ainda pior, àquilo que ela não consegue ser.

No Brasil, desde a década de 90 a violência nas escolas vem adquirindo relevância, o que faz com que seja a temática abordada de diversas perspectivas. Assim, de um problema que era restrito a manifestações de agentes externos contra o patrimônio público, começa a ser relacionado às condições de violência social, ou seja, à violência que surge dentro da instituição escolar a partir das relações entre seus membros.

De maneira geral, a palavra violência, para Laterman, “é bastante utilizada e normalmente vem carregada de uma valoração negativa. O oposto de violência, no cotidiano, é paz (embora o oposto de paz não seja somente violência).” O autor salienta ainda que em relação à educação, o termo violência “vira plural; são as diversas manifestações da violência que se procura entender”. (LATERMAN, 2000, p.25).

Não se pode negar que o termo “violência” passou por uma reconceitualização e isso deve-se principalmente ao reconhecimento dos direitos sociais e ao aumento do exercício da cidadania vivenciada pela população, pois muito do que antes não era considerado como sendo violência, atualmente é assim considerado. Hoje, portanto, esses acontecimentos são vistos com outros olhos e deixaram de ser práticas costumeiras de regulamentação das relações sociais.

Violência, segundo Chauí (2007), é uma palavra que

vem do latim e significa: 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser; 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade; 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror.

A violência pode manifestar-se de forma física, moral, psicológica e simbólica, apresentando-se difundida em situações de humilhação, exclusão, ameaças, brigas, desrespeito, indiferença, omissão e negação do outro.

Para Bernard Charlot (apud ABRAMOVAY et. al., 2002, p. 92), a violência escolar é classificada em três níveis:

- a) a violência – golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismo;

- b) incivildades – humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito;
- c) violência simbólica ou institucional – falta de sentido em permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos; a negação da identidade e satisfação profissional aos professores, a sua obrigação de suportar o absentismo e a indiferença dos alunos.

Para Laterman (2000, p.36), o que leva ao clima de violência e insegurança na escola não são necessariamente atos de violência em si, mas antes aqueles atos chamados de incivildades. Para ele,

a violência são crimes e delitos mas ela não é essencialmente isso no meio escolar; o verdadeiro problema nos parece ser o da incivildade que desorganiza atualmente o mundo escolar nos seus estabelecimentos desfavorecidos criando uma crise de sentido, às vezes dramática, um sentimento de insegurança que é muitas vezes imaginário. A violência desorganizadora surge do inesperado.

Por incivildade entende-se uma grande gama de fatos indo da indelicadeza, má criação das crianças ao vandalismo, passando pela presença de vagabundos, grupos juvenis. As incivildades mais inofensivas parecem ameaças contra a ordem estabelecida transgredindo códigos elementares da vida em sociedade, o de código de boas maneiras. Elas podem ser da ordem do barulho, sujeira, impolidez, tudo que causa desordem. (DEBARBIEUX, apud LATERMAN, 2000, p. 37)

A presença de incivildade caracteriza tanto a crise da eficácia socializadora da escola quanto as insatisfações dos alunos em relação a ela. Desse modo, fica patente a dificuldade de a escola impedir que as incivildades assumam, assim, formas de conflito que invadam um espaço democrático.

Quando se fala em incivildade, está-se afirmando que o que está ocorrendo atualmente é regressão no estágio de evolução secular dos costumes construída pelas gerações que nos antecederam.

Incivildade seriam aquelas manifestações de difícil identificação, mescladas no cotidiano escolar. É resultante da pequena delinqüência, de casos que não são controlados. Em não havendo nenhum tipo de reprovação a esses geradores de

tensões no cotidiano, “as vítimas ficam com a impressão de desordem, violência e de ausência de regras”. (CUBAS; ALVES; RUOTTI, 2006, p.37)

A respeito, afirma Debarbieux (apud LATERMAN, 2000, p. 37), “não se trata de negar a realidade dos delitos mas de não exagerá-los.”

Corroborando com esse pensamento, “a construção de como se define violência escolar deve ocorrer a partir das particularidades de um determinado contexto”. (CUBAS; ALVES; RUOTTI, 2006, p.24)

Assim, não se está tratando da violência de uma forma genérica; está-se, sim, tratando das manifestações que ocorrem no meio escolar, que necessariamente não são casos que exigem atuação especificamente repressiva, não sendo, portanto, caso de polícia.

A não-atuação faz com que atos de incivilidade sejam repetidos, o que faz com que as vítimas acabem abandonando o corpo social a que pertencem, passando a evitar as áreas coletivas por representarem a desordem, em que a vontade do mais forte prevalece. Um exemplo disso podem ser as depredações, que afetam o estado físico das escolas. Sobre isso, assim se manifestam Pinto e Reis (1992, p.175): “a depredação é fruto da deterioração das relações que perpassam a escola; resultado da agressão que a escola faz à comunidade quando a alija do processo educativo”.

Um dos efeitos da proliferação e da repetição dos atos de incivildades é a instauração de um sentimento de abandono do espaço público e de impunidade. Ao mesmo tempo, as vítimas de incivildades sentem-se desprotegidas, estimulando a falta de confiança nas instituições e a ausência do sentimento de cidadania, o que pode levá-las a deserdar de espaços coletivos (como a escola). A proliferação de incivildades também pode ser a porta de entrada para violências mais duras.

Sobre isso, destacam Abramovay e Rua (2002, p.157 et. seq.):

Num ambiente como esse, a “lei do silêncio” e a lei do mais forte imperam. As testemunhas e vítimas não comentam o visto, o sabido por temor da represália ou de ser estigmatizado, o que fortalece a cultura do medo. Revela-se, ainda, a vulnerabilidade dos mais fracos, decorrente da intimidação física e verbal, banalizando a violência e fazendo com que os diferentes atores se sintam desprotegidos. Isso implica, por sua vez, a sensação de falta de segurança, de desordem e de impunidade, o que gera a desorganização do espaço público.

O fenômeno da violência escolar é mais crítico, principalmente em escolas públicas da periferia o que reflete as desigualdades sociais que existem na

sociedade. Agressões, desacato, ameaças, porte de armas, furtos e roubos contribuem para a frustração dos alunos, resultando em reprovação, falta de perspectivas e comportamento agressivo nas relações com os professores.

No ambiente educacional há diferentes vertentes na análise da violência presente no seu cotidiano: há aquela de vertente sociológica em que a violência teria raízes externas às práticas escolares; e as de cunho psicologizante, na qual eventos conflituosos estariam relacionados a uma estruturação psiquiátrica de todos os agentes envolvidos nos conflitos. Nesses casos, as causas dos problemas internos são relacionadas a situações anteriores ou exteriores à escola, não necessariamente, às práticas institucionais executadas pela escola. (CUBAS; ALVES; RUOTTI, 2006, p.42)

Quando se fala em violência no ambiente escolar, para Laterman (2000, p.31),

as manifestações de violência nas escolas não são à parte do funcionamento do estabelecimento, são por um lado, configuradas por fatores externos e internos, e, por outro, elas mantêm ou tentam mudar a ordem das coisas, ou até se misturam na ordem das coisas, fazendo parte elas mesmas desta ordem.

A violência escolar deve ser considerada (CUBAS; ALVES, 2006, p. 116 et. seq.) a partir de algumas situações bem peculiares que caracterizam, influenciam todo o contexto tratado:

- a) a violência no entorno escolar: nesse caso em específico tem-se o tráfico de drogas, em que grande parte de professores e alunos podem estar vulneráveis à violência existente. Mesmo não ocorrendo especificamente no espaço escolar, essa violência que ocorre no entorno aumenta o sentimento de insegurança. Há de se ressaltar também que além de serem, em muitos momentos alvo, podem ter sua rotina alterada por ele ou até mesmo ser impedida de funcionar em determinados dias;
- b) a violência contra a escola: aqui, evidenciam-se principalmente os furtos, pichações, depredações, seja em dias normais de aula ou em dias em que não há aula;
- c) a violência na escola: Além das violências existentes no entorno da escola e contra o patrimônio escolar, há também as violências contra as pessoas

produzidas pela própria dinâmica das relações escolares. Verifica-se isso, principalmente entre: alunos; alunos e professores; alunos e direção, e algumas vezes, até mesmo entre direção e professores.

Dentre as situações que podem ocorrer, destacam-se: agressões entre alunos, agressões entre alunos e professores; riscar e danificar veículos de professores e direção. Essas situações podem ocasionar um sentimento de desproteção e insegurança que, certamente, dificultaria em muito o desempenho profissional daqueles que têm como missão a educação.

2.2 A ESCOLA E A VIOLÊNCIA

A escola, por seus conteúdos, por suas formas e por seus sistemas de organização, introduz nos alunos (as), paulatina, e progressivamente, as idéias, os conhecimentos, as concepções, as disposições e os modos de conduta que a sociedade adulta requer.

Dessa forma, contribui decisivamente para a interiorização das idéias, dos valores e das normas da comunidade, de maneira que mediante este processo prolongado, a sociedade industrial possa substituir os mecanismos de controle externo da conduta por disposições mais ou menos aceitas de autocontrole.

Segundo Vizzolto (1992, p.57), “a escola é instituição que promove a educação e que possui maiores condições de executar um programa de prevenção, pois retém a clientela de maior risco, ou seja, crianças, adolescentes e jovens.”

Embora as escolas tenham a finalidade de contribuir na formação intelectual e moral do indivíduo, e que muitas vezes, são reféns da violência que permeia das comunidades para a escola, a qual detém a incumbência de ser agência formadora de opiniões, passam agora a ter a responsabilidade de tratar dessa moléstia social contra a violência escolar, por meio da ação global preventiva.

Muitas escolas estão situadas em locais onde a exclusão social se manifesta de modo mais acentuado. De depredações a casos de arrombamento, ameaças e prisões, muitas coisas acontecem, amedrontando pais, professores e alunos. Em geral a proposta é sempre a atuação da polícia. Nem sempre esta solução é

possível e quase nunca é eficaz. Ao contrário, muitas vezes ela apenas reforça a violência da situação.

Muitas vezes os alunos buscam significados, às vezes contraditórios, para o papel da escola, com base na violência existente no seu cotidiano. Abramovay salienta que

por um lado, a escola é vista como um lugar para a aprendizagem, como caminho para uma inserção positiva no mercado de trabalho e na sociedade, por outro, considera-se a escola como um local de exclusão social, onde são reproduzidas situações de violência e discriminação (física, moral e simbólica). (ABRAMOVAY et. al., 2002, p. 75)

Se a escola é a expressão de um eterno conflito, a violência que daí resulta deve ser

objeto de uma negociação constante, cotidiana, enquanto as coisas estiverem acontecendo, e não através de planos que manipulem as ações das pessoas com a finalidade de elas descarregarem suas energias e, desse modo, serem mais pacíficas, obedientes e submissas. (GUIMARÃES, 1998, p.51)

A escola – “importante célula social e comunitária de formação do cidadão” (SCHEREMETA, 2007, p.16) – vem sofrendo transformações como aumento de dificuldades cotidianas, o que faz com que não seja vista mais como um “lugar seguro de integração social, de socialização, não é mais um espaço resguardado; ao contrário, tornou-se cenário de ocorrência violentas.” (ABRAMOVAY et al., 2002, p.78)

A existência da violência no ambiente escolar faz com que a escola perca sua função primordial, que é de socializar as novas gerações, formar cidadãos, De instituição formadora e símbolo de um futuro promissor passa a ser vista como o ambiente que concentra conflitos e práticas de violência, situação que, segundo Santos (2001, p.118), “passa pela reconstrução da complexidade das relações sociais que estão presentes no espaço social da escola”, para que se possa modificar esse quadro.

A respeito, Scheremeta (2007, p. 13) bem salienta:

Negar que atualmente a escola, local destinado à formação do futuro cidadão, com a missão inclusive de contribuir para a formação do caráter do indivíduo, corre sérios riscos devido às deformações de nossa sociedade, sociedade esta que está mais voltada para valores materiais do que para

valores morais, intelectuais, culturais e espirituais, também não é mais possível.

A escola vem encontrando dificuldade em lidar com essa nova realidade de enfrentar a violência que acontece dentro de seus muros. Isso aumenta a insegurança dos jovens, que se encontram perdidos, não sabem o que devem fazer e menos ainda como devem fazer. Não conseguem discriminar o certo ou errado, o bom ou mau, o criativo ou destrutivo. Necessitam que alguém os oriente, mas não têm a quem recorrer, pois os adultos que estão com eles também se sentem perdidos e confusos, não servindo mais como figuras de identificação.

Com isso, ocorre “a degradação do ambiente escolar por conta do aumento da criminalidade e da violência de maneira geral que também tem alcançado a escola e seus diversos atores.” (SCHEREMETA, 2007, p.16)

Daí a importância do papel do educador. O educador é o representante natural da escola. É o profissional que pode agir e interagir na prevenção e resolução dos problemas de violência. Como profissional híbrido, pode atuar de diferentes formas, designadamente com a família, com as crianças ou jovens, no meio onde se observam focos de violência e mesmo na escola como elemento mediador.

O professor, como educador, tem sua responsabilidade, além de suas funções pedagógicas, de apresentar aos alunos a aplicação na prática de seus discursos em sala de aula. É necessário, no entanto, ter prudência como profissional, respeitando sempre os direitos da criança e de sua família, para não correr o risco de comportamento arrogante, bem como ter conduta exemplar e ética para que sua figura seja um referencial de cidadania, respeito e solidariedade ao ser humano.

Essa atuação torna-se muito importante, mesmo diante de um panorama que não seja satisfatório, em que muitas vezes a insatisfação seja sentida tanto por alunos como pelo corpo pedagógico, quer seja pelo de a escola ora aparecer como causa, ora como consequência e espelho de problemas os quais, muitas vezes, não consegue resolver, nem tampouco a solução está a seu alcance (ABRAMOVAY et al., 2002, p. 78)

As propostas devem abordar estratégias preventivas de conflito. Para Fernandez (2005, p.75),

deve-se entender que os próprios agentes da ação educativa (professores, alunos, famílias) são os que conhecem o seu “centro educacional”, a sua “comunidade escolar”, as suas “necessidades e possibilidades de mudança”, os que farão a diferença entre a escola com um clima de relacionamento satisfatório.

Uma das formas de a escola proporcionar uma integração a fim de combater a violência escolar é a inclusão em currículos escolares de temas que devam fazer parte não só da educação dos profissionais da educação, como também da educação dada aos alunos. Camacho (2000, p. 138) defende a idéia da inclusão nos currículos escolares “da reflexão, da discussão e do entendimento de conceitos como identidade (cultural e social), alteridade, diferença, multiculturalismo, gênero, etnia, sexualidade, intolerância, preconceito discriminação, violência, dentre outros.”

Diante disso, novas exigências na profissão se fazem necessárias; os professores não podem estar habilitados apenas a atuarem nas suas disciplinas que fazem parte dos currículos, “têm que desenvolver a capacidade de intervir e de evitar comportamentos agressivos” (CUBAS; ALVES; RUOTTI, 2006, p.47).

Dentre as causas do aumento da violência escolar pode-se citar aspectos socioculturais, tais como: a família, que está desestruturada e não acompanha a vida escolar dos filhos; a impunidade; a inversão ou ausência de valores morais, éticos e religiosos; o desinteresse; as más companhias; o desrespeito; a falta de diálogo e as drogas, dentre outros.

Além de ensinar, os pais esperam que a escola eduque seus filhos, forme valores, discipline e coloque limites nos jovens. Esperam, ainda, que ela dê uma boa educação e acompanhe a vida emocional de seus filhos.

Essa sobrecarga da função da escola deve-se à grande transformação que ocorreu na organização familiar nas últimas décadas: a família nuclear, patriarcal, cujo modo de organizar as relações do casal na sociedade industrial é baseado na divisão sexual do trabalho, em que a mulher é relegada ao âmbito privado, dá lugar a uma grande diversidade de formas familiares. É muito comum nas famílias atuais o pai e a mãe trabalharem fora para garantir seu sustento. Isso faz com que eles, de uma maneira geral, sejam menos rígidos com os filhos, uma vez que se sentem culpados por estarem fora de casa o dia todo. Com isso, acabam não colocando limites para as atitudes dos filhos. O ser bonzinho está associado à culpa de estarem ausentes.

Quando se fala em violência escolar não se poderia deixar de tratar do *bullying*, conhecido, em geral, como um comportamento agressivo e repetitivo. Segundo Cubas (CUBAS; ALVES; RUOTTI, 2006, p.175), *bullying* é “um tipo de violência, física e/ou psicológica, caracterizada pela repetição de atos e pelo desequilíbrio de poder entre agressor e vítima”. Ainda, segundo a autora, “no contexto escolar, compreende uma série de agressões como xingamentos, apelidos, fofocas, empurrões e chutes que ocorrem com freqüência contra uma pessoa”.

O termo *bullying* não apresenta nas línguas latinas um correspondente que pudesse facilitar sua interpretação mais direta; assim, vale-se da proximidade com as línguas anglo-saxônicas. Logo, tem-se muitas vezes seu significado ligado a vitimização, rejeição pelos colegas, violência moral e comportamento agressivo entre a estudantes.

É uma palavra que foi designada para representar este fenômeno na década de 80 pelo norueguês Dan Olweus, professor da universidade da Noruega, mas essas agressões são datadas desde a Idade Média, antes mesmo de existir escolas, apenas recentemente foi nomeado.

A distinção entre as brincadeiras infanto-juvenis e o *bullying* é justamente o tom de crueldade com que é proferido pelo agressor, que causa dor, humilhação, degradação; geralmente, essas vítimas são escolhidas por terem alguma coisa diferente, sutil ou não, em relação ao grupo, talvez por sua vulnerabilidade, passividade, falta de recursos ou habilidade para reagir, tornando-se alvo.

O que muitas vezes é visto como normal, da idade, pode se tratar deste fenômeno que aumenta a violência física e psicológica da sociedade, já que quem pratica leva esta índole para a vida adulta também, e para a vítima provoca degradação psíquica, muitas vezes de forma irreversível, causando isolamento social, familiar, depressão, podendo levar ao homicídio e ao suicídio.

É preciso que tanto professores, quanto alunos e os pais tenham o conhecimento possível deste comportamento, pois é uma das maneiras de começar a extingui-lo no ambiente escolar e, conseqüentemente, tentar tornar a sociedade adulta mais consciente e com menos violência

Um trabalho em parceria, nesse caso, tem o objetivo de proporcionar a todos do meio escolar um aprendizado, observação e crescimento psicológico e ético acerca do *bullying*, bem como explicitar o que é, como se dá, quais as conseqüências para todos os envolvidos nessa prática e como agir frente a esta

situação, por meio de palestras expositivas, grupos de discussão e auxílio na participação de todos os alunos no combate a este problema.

Segundo Cubas (CUBAS; ALVES; RUOTTI, 2006, p. 177 et. seq.), há dois tipos de *bullying* : o direto e o indireto. O primeiro é mais fácil de ser percebido, pois são ataques abertos à vítima, podendo ser ataques físicos como ações verbais. Já o segundo é um tipo de agressão mais sutil; são casos de alunos que fazem gestos obscenos, caretas para suas vítimas, manipulam relacionamentos, isolam, excluem colegas de atividades em grupo.

Constata-se que a freqüência de casos de *bullying* sem nenhum tipo de intervenção traz sérias conseqüências, pois favorece comportamentos anti-sociais e de não-aceitação ou quebra de regras que podem se estender para toda a vida adulta. Muitas vezes, o *bullying* deixa de ser visto apenas como uma brincadeira de criança, pois pode ser visto como uma quebra de regras sociais. A ausência de sanções àqueles que seguem suas vontades individuais e não respeitam o direito à integridade física ou moral do outro pode ser a precursora de casos mais graves de incivildades, porque sinaliza que não existem limites para os atos dos agressores e também que não existe defesa para as vítimas. (CUBAS; ALVES; RUOTTI, 2006, p. 184 et. seq.)

A Escola nada mais é que o segundo local de aprendizagem para estes pequenos cidadãos em formação. Logo, deve completar a educação recebida em casa. Educação é condicionamento, desenvolvimento de hábitos. Por isso, nos lares, os hábitos precisam ser cultivados a tal modo de que a convivência em comunidade seja pacífica, respeitando leis, normas, que, por sua vez, serão encontradas em todos os locais que vierem a freqüentar.

A Escola será a continuidade dos lares. Então, é indicado que se conclamem os pais a refletir sobre a qualidade do lar e formação que estão provendo a seus filhos, bem como sobre qual a importância que estão dando para a escola na vida de seus filhos, sobre quanto tempo investem neste complemento de educação.

As escolas têm obtido sucesso com a abertura de espaços para o desenvolvimento de artes, como: pintura em muros (grafitagem), momentos culturais, esportes, etc. Ressalta-se mais uma vez que nessas atividades os pais precisam estar envolvidos e valorizando sempre.

É necessário ressaltar que de nada adianta fazerem-se trabalhos isolados, em casa ou na escola. Os alunos ainda estão em formação e precisam dos dois lados sintonizados. Estar presente, participar do ambiente escolar é de extrema necessidade e importância. Conhecer o regimento escolar, explorá-lo com os filhos, proporcionar que participem de atividades extracurriculares aproximam as famílias da escola.

2.3 PREVENÇÃO E A VIOLÊNCIA

A violência surge em contextos e em situações bem conhecidos. Torna-se necessária uma intervenção educativa, não só dirigida aos jovens, mas a todos os cidadãos, pois todos como sociedade são culpados e devem ser chamados a intervir para contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. Ela mostra ser uma rede complexa que se pode sobrevir a partir da educação, a qual é importante, pois ensina a criança a adquirir determinados valores tais como a compaixão e a solidariedade, bem como valorizar a vida, não só a sua como a dos outros.

Necessário se ter uma visão crítica sobre a violência. Para Abramovay et. al. (2003, p.69),

a construção de uma visão crítica sobre o fenômeno da violência mostra-se fundamental, na medida em que permeia todas as relações sociais, em que são profundamente afetados os membros da comunidade escolar, como, por exemplo, alunos, professores, diretores e pais.

Importa salientar que, quando se fala em prevenção, de acordo com Ferreira (1995, p. 9), “[...] é o ato ou efeito de prevenir, que significa evitar, dispor, com antecipação e chegar antes de.” Do ponto de vista sociológico, “prevenção refere-se a tudo aquilo que possa ser realizado no sentido de impedir ou reduzir qualquer ação anti-social ou que produzam efeitos na saúde física ou mental de indivíduos ou grupos, e seu principal meio se dá pela educação” (BUCHER, 1992, p. 67).

Os homens não nascem naturalmente maus, a sociedade é que os transforma. É fato, nenhum ser humano nasce violento, ou criminoso, o seu destino não está traçado após a nascença. Os seus comportamentos são fruto do ambiente

a que são expostos. A educação deverá iniciar imediatamente ao nascimento, baseada em valores, normas e modelos de conduta, que serão inculcados no sentido de formar a personalidade do indivíduo.

Atuar na prevenção e no combate à violência escolar é tarefa das mais importantes, pois é nas escolas que estão sendo formados os cidadãos do futuro.

Corroborando com esse pensamento, Scheremeta (2007, p. 13) ressalta:

o ambiente escolar deve ser, necessária e obrigatoriamente, um local seguro e tranquilo para alunos, professores, funcionários e pais. E para isto são necessárias medidas governamentais, institucionais e comunitárias que possibilitem que cada escola, se possível, alcance um patamar mínimo de segurança e de tranquilidade.

É preciso ter em perspectiva que o êxito de programas de prevenção depende, em grande medida, da aceitação e compreensão dos atores que vão implementá-los. A compreensão da lógica dos atores é uma variável básica na hora de definir as possibilidades de aplicar determinadas ações (VISCARDI apud CUBAS; ALVES; RUOTTI, 2006, p.209).

As intervenções em prevenções em casos de violência nas escolas devem abranger tratamentos diferenciados, pois visa a atingir a prevenção em diferentes comportamentos. Assim, haverá ações que afetem somente aos alunos, outras aos professores e alunos e outras ainda, a comunidade escolar como um todo, envolvendo, inclusive, o espaço físico. Também, deve-se levar em conta, nesse contexto, a necessidade de ações que tragam orientação aos jovens sobre riscos existentes em relação a determinados comportamentos, outras que visem a mudar valores e atitudes, bem como as que tenham por objetivo mudar os comportamentos por meio de um envolvimento social e até emocional dos jovens.

É certo que é muito mais difícil prevenir aqueles delitos que se referem a casos mais graves de violência que atingem toda a sociedade, como o tráfico de drogas, por exemplo; mas existem situações que estão ao alcance das escolas. Segundo Cubas (CUBAS; ALVES; RUOTTI, 2006, p.210),

parece estar totalmente ao alcance das escolas atuar nas violências que provêm de práticas cotidianas que conformam as relações entre os alunos, funcionários e comunidade. Esta tarefa de prevenção necessariamente deverá colocar em pauta o próprio significado que a escola vem adquirindo para seus membros, a fim de possibilitar perspectivas reais de mudança.

A prevenção à violência escolar é desenvolvida com base no indivíduo, em que a preocupação está em apreender os possíveis fatores de risco (família, baixa inteligência, baixa condição econômica, desempenho escolar insatisfatório, colegas delinquentes, etc.) que afetariam alunos, causando comportamentos violentos; uma vez identificados esses fatores de risco, as ações e os programas a serem implantados teriam como objetivo propiciar fatores de proteção; bem como também é desenvolvida privilegiando um enfoque estrutural, colocando em relevo as configurações sociais e institucionais causadoras da violência.

É preciso se pensar na adoção de uma abordagem preventiva da violência que preze pela resolução democrática dos conflitos escolares.

A título de exemplificação, Scheremeta (2007, p. 13) registra:

Uma destas medidas foi colocar o policial, principalmente o policial-militar, diretamente no ambiente escolar, não como simplesmente o representante do braço repressor do Estado, mas sim como um agente comunitário, como um educador social, como um parceiro da sociedade. Enfim, como um assessor de segurança para aquele ambiente comunitário específico.

A inclusão do policial militar no seio escolar, como agente preventivo, será mais profundamente abordada adiante

Ressalte-se que as dificuldades para a introdução de mudanças nas práticas escolares, que venham a auxiliar na prevenção da violência talvez derivem, em certa medida, de um imaginário sobre a violência que atribui sua ocorrência apenas a causas externas à instituição, como crise de valores nas famílias.

Programas de prevenção podem ser feitos em parceria com órgãos governamentais, ou não governamentais. Um caso que merece ser destacado é a parceria feita entre a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, em 1995 com o programa "Ação contra a violência na escola", em julho de 2000, com as escolas públicas de Porto Alegre, que procurava compreender as relações sócio-econômicas presentes nos atos de violência ocorridos no meio escolar e apontar ações para sua redução, tanto em nível pedagógico quanto no de articulação com a comunidade mais ampla.

Com base nesse programa, a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, entendendo a prevenção, em seu sentido amplo, como toda ação que visa a compreender, reduzir, dissolver, evitar, contrapor toda e qualquer manifestação de violência no meio escolar, estabeleceu dez pontos de prevenção da violência. Para

tal, são apresentadas sucintamente as políticas e estratégias: reflexão sistemática da problemática da violência no meio escolar; assunção da não-violência como referencial de toda ação de prevenção à violência; desenvolvimento da educação para a paz como caminho de superação da violência no meio escolar; capacitação da escola para constituir-se em núcleo e centro promotor da paz e da cultura de paz; aprimoramento das relações humanas na comunidade escolar; fortalecimento de espaços democráticos no sistema escolar; fortalecimento da cidadania, do protagonismo juvenil e da mobilização social na linha da paz, não-violência e direitos humanos; incentivo a projetos de integração escola e comunidade; construção de estratégias cidadãs de segurança; criação de espaços de apoio às vítimas da violência.

Dentre os Programas de órgãos governamentais estabelecidos pelo Governo do Estado do Paraná podem ser destacados (PARANÁ, 2008):

- a) Enfrentando a violência na escola;
- b) Escola que protege;
- c) Proerd, prevenção ao uso de drogas;
- d) Atitude SECJ;
- e) Comissão enfrentamento da violência;
- f) Escola aberta;
- g) Patrulha escolar;
- h) Plano estadual de enfrentamento a violência rede.

Há também que se ressaltar que a Secretaria de Educação do Paraná, em conjunto com a Secretaria da Criança e Juventude, constituíram grupos de Estudo e Trabalho, Promotoria Pública e Polícia Militar, com o PROERD, que têm como objetivo desenvolver ações referentes à violência na escola. O grupo fez um mapeamento da realidade em âmbito escolar, a fim de possibilitar uma grande variedade de análise que pode instrumentalizar ações futuras a serem determinadas.

Esses programas voltados a uma atenção ao jovem no sentido de oportunizar a ele melhores condições de formação, de crescimento e de inserção na sociedade, bem como mesmo que vistos separadamente, têm possibilidades de interagir uns com os outros, fazendo com que haja, assim, um completamento nos

propósitos estabelecidos pelos órgãos governamentais, em especial, pela Secretaria de Educação.

Há em muitos deles, como por exemplo no PROERD e na Patrulha Escolar Comunitária, a ativa participação da Polícia Militar em atividades de prevenção. Em relação ao PROERD, há uma atuação independente, operacionalmente falando, mas que complementa outras ações desenvolvidas, até porque as drogas estão presentes nesse contexto. Em igual entendimento, a Patrulha Escolar Comunitária, atualmente sob a coordenação do Batalhão de Patrulha Escolar, que tem como atividades o Proerd e a Patrulha Escolar Comunitária, tem desempenhado ações que vêm trazendo resultados muito significativos no combate à violência escolar.

Com suas ações preventivas, vem, ao mesmo tempo, desmistificando a presença e a atuação do policial militar nas escolas, bem como estabelecendo informações, de forma didática e bem estruturada, em várias etapas de atividades, o que faz com se tenham resultados altamente positivos. Essas etapas de atividades envolvem separadamente os pais, os alunos, os professores e a comunidade escolar.

Ultimamente, tem havido muita preocupação em resolver os problemas existentes no contexto escolar através do estabelecimento de estratégias para resolver os conflitos, autocontrole e auto-imagem. Para Fernandez (2005, p.71), “passa-se de um enfoque punitivo e personalizado para uma análise mais social/multicausal e de interação de diferentes agentes”.

A autora ainda mostra como causas da agressividade escolar fatores exógenos como: contexto social, características familiares e meios de comunicação; bem como fatores endógenos: clima escolar, relações interpessoais e características pessoais dos alunos em conflito.

A fim de estabelecer que medidas devem ser tomadas pela escola, ou a partir do que se pode agir, é salientado que devem ser criados instrumentos, questionários e medidas de prevenção; estabelecer pactos que facilitem a responsabilidade de todos os envolvidos, sem a qual seria impossível combater a violência escolar; estabelecer princípios de convivência; elaboração de normas do centro educativo que visem proporcionar integração social para reduzir incertezas; criação de planos de ação positiva com aspectos preventivos e estratégias de intervenção. Também há a necessidade de uma aproximação curricular, em que poderia ser incluída a educação em valores, habilidades sociais, solução de

conflitos. O desenvolvimento de diferentes agentes que formam a comunidade educacional é muito importante para determinar um clima de convivência favorável. A participação de pais, professores e alunos tem um papel decisivo nas novas propostas educativas. A participação significa uma oportunidade para desenvolverem-se atitudes de cidadania e de democracia interna em que se colocam em prática valores que deveriam permanecer no pensamento e no comportamento dos alunos em sua vida adulta, contribuindo para socializar os alunos. (FERNANDEZ, 2005)

Percebe-se, dessa forma, que os esforços encontram maior eficácia quando se adota uma postura educacional, preventiva, de cunho estratégico.

A partir daí, o presente estudo considera importantes as propostas preventivas, pois são fundamentais para que se evite o emprego da Polícia Militar em atuação repressiva.

2.4 O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO

O conceito de família nem sempre foi o mesmo; sofreu alterações de acordo com a evolução dos tempos. A educação da criança era assegurada pela família. Cedo as crianças se envolviam com os adultos em atos sociais tradicionais, de ajuda aos pais, nos trabalhos domésticos no caso das meninas e os meninos na conservação dos bens e negócios familiares. Era deste modo que adquiriram conhecimentos e valores essenciais à sua formação.

A família demonstrava afetividade, embora o amor fosse um sentimento presente. A afetuosidade registrava-se nas pessoas próximas tais como as babás, os empregados, os vizinhos, etc.

Ela tem atribuições que são indelegáveis, pois a disciplina do aluno começa em casa; é preciso que os pais saibam que têm autoridade sobre seus filhos e isso passa obrigatoriamente em se saber bem claramente como é o relacionamento entre os pais e seus filhos.

É importante ressaltar que a AUTORIDADE estabelecida junto aos filhos, pelos pais, desde o berço, é extremamente salutar para as famílias e em

consequência para a sociedade em geral. Este exercício fará com que os novos rebentos cresçam em ambiente ordenado, respeitando limites.

Os pais devem ter uma postura frente à escola que os aproxime da escola e não que transfira pra ela a educação de seus filhos. Importante uma participação efetiva dos pais junto à escola para saber como seu filho tem se comportado, quem são seus colegas, com quem ele anda, o que acontece na escola. Deve haver uma postura de colaboração, pois tanto pais como a direção da escola exercem autoridade sobre os filhos, alunos.

Os pais têm que perceber que a função primordial da escola está bem distante do assistencialismo. A escola é a instituição capaz de transformar pessoas e comportamentos; para tanto precisa adotar posturas de direcionamento e não assistencialismo ou cobrança puramente.

Hoje, em família, abordam-se temas que eram impensáveis no passado. Os pais já não são os senhores absolutos da lei e da ordem, nem os únicos cuidadores dos bens da família. Por seu turno, as mães não são unicamente as protetoras do lar e zeladoras da educação e formação dos filhos.

Fernandez (2005) defende que a família também deve participar desse processo à medida que representa o modelo central de condutas e a primeira criadora de valores para a criança. As relações entre os membros de família repercutem diretamente na própria imagem e nas demais pessoas que freqüentam a escola.

O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI reforça que "a família constitui o primeiro lugar de toda e qualquer educação e assegura, por isso, a ligação entre o afectivo e o cognitivo, assim como a transmissão dos valores e normas". (DELORS, 1996, p. 95)

Mas, devido às exigências atuais, os pais colocam os filhos mais cedo em creches, em escolas especializadas em educação infantil. Chegam a suas casas exaustos de um dia de trabalho, têm ainda as tarefas domésticas ou trazem trabalho para casa. A criança é colocada sozinha a ver televisão, no computador ou outros jogos eletrônicos, sem um adulto que lhe dê atenção. A relação familiar centra-se prioritariamente nas necessidades físicas e materiais da criança. A idéia de um modelo familiar único está mudando na sociedade, como também a própria sociedade exige novos papéis em seu núcleo.

Embora haja uma certa continuidade na transmissão de valores de pais para filhos, a verdade é que os jovens de hoje adquirem a sua identidade, não só dentro, mas também fora da família, através de discursos variados que a escola e a família poderão ou não integrar. Mas a família não pode se demitir do seu papel e atribuir essas responsabilidades aos outros agentes educativos na formação dos seus descendentes. Hoje, a família delega à escola a questão da educação, quando, na realidade, deveria ser indelegável este papel de formação de caráter e de cidadania.

A pobreza, violência doméstica, alcoolismo, tóxico-dependência, promiscuidade, degradação dos casais, ausência de valores, detenção prisional, permissividade, demissão do papel educativo dos pais, etc, dentre outras, são as principais causas que deterioram o ambiente familiar. Normalmente, os indivíduos que vivem estas problemáticas familiares são sujeitos ativos de violência. Há famílias que participam diretamente na violência que ocorre nas escolas. Impotentes para lidarem com a violência dos seus filhos, acusam os professores de não “domesticar” os seus filhos, instigando a agressividade, em extrema instância tornam-se violentos, agredindo os professores e funcionários.

Os pais deveriam ser parceiros privilegiados num programa de prevenção, mas, infelizmente, em geral estão mal preparados para enfrentar os desafios do mundo de hoje e sentem-se inseguros para abordar com seus filhos as questões mais polêmicas, como as referentes ao universo das drogas e da sexualidade.

A participação da família junto a seus filhos pode fazer com que o aprendizado seja melhor, como também pode aproximá-los mais, a fim de prepará-los para o amanhã.

Este é o drama central da educação (casa ou escola); tem-se que se basear na experiência do ontem, para educar hoje, aqueles que enfrentarão o mundo amanhã.

2.5 A POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

A Polícia Militar não é mero suplemento social, mas componente vital da sociedade; situada no vértice de causas e efeitos, como desaguadouro natural de ansiedade e tensões da comunidade, tem-se que o profissional de segurança

pública – no caso o policial militar (PM) – tem sido um ponto de referência para a população. Porém, mais do que isso, a população deve ver na figura do policial militar, atuante e prestativo, um zeloso guardião da ordem e disciplina da vida social, digno da confiança e da admiração pública.

Os problemas sociais hoje vivenciados e cada vez mais agravados, aí incluídos os de segurança pública, ultrapassam a capacidade técnica dos órgãos policiais e só terão solução efetiva se tratados em conjunto com a comunidade. A sua colaboração e seu apoio são imprescindíveis como forma de expansão dos recursos alocados à Polícia Militar pelo Estado.

A atuação dos órgãos de segurança nas escolas ocorre em função de determinadas situações de violência no ambiente escolar ou no seu entorno. Essa preocupação tem se traduzido tanto em medidas provenientes de órgãos de segurança pública como em medidas adotadas pelas próprias escolas.

É inegável que a violência e a criminalidade têm atingido a comunidade escolar, núcleo social de extrema relevância, englobando as escolas e seus entornos, os alunos, professores, diretores, pedagogos, funcionários e até suas respectivas famílias. As escolas, por vários fatores, tornaram-se realmente vulneráveis ao crime, à criminalidade e ao criminoso.

Nunca se falou tanto sobre a presença de práticas de violência nas escolas brasileiras tal como hoje. Cotidianamente, somos surpreendidos com notícias dos jornais impressos e televisivos sobre assassinatos de alunos cometidos por colegas da própria turma ou professores que são agredidos, ou mesmo mortos, por seus alunos em sala de aula e à luz do dia. Assim que tais fatos acontecem, a mídia em geral focaliza as luzes de seus holofotes para o crime mais recente que tende a ser rapidamente esquecido em decorrência de um outro crime mais “espetacular”. De fato, este crime vence a “concorrência” com outros acontecimentos bárbaros e consegue, como diriam Adorno e Horkheimer, movimentar novamente os trilhos gastos de nosso aparato perceptivo, fazendo com que nossa atenção lhe seja direcionada. (BRUNETTA, 2006, p. 9)

Assim, há preocupação em se combater violência escolar; devem ser criadas políticas públicas destinadas a intensificar ações preventivas, aumentar a presença de policiais nas escolas, o investimento em equipamentos de segurança, bem como reforma do prédio escolar que inclui, sobretudo, aumento dos muros e de grades.

Percebe-se a necessidade da participação da Polícia Militar quando a escola deixa de realizar seu papel principal de formação e de mudança de comportamentos;

e quando a família passa a delegar, indevidamente, à escola, atribuições que são suas.

Para a minimização desse problema, a Polícia Militar poderia atuar estrategicamente. A respeito, assim se posiciona Scheremeta (2007, p.19), os policiais poderiam interagir

com a comunidade, a fim de identificar os reais problemas existentes em suas áreas, e com uma polícia capaz de despertar a consciência de todos para sensibilizarem-se com as desigualdades sociais das quais todos são responsáveis, sobrepondo aos interesses particulares. Esta polícia é que se pode definir como Polícia Comunitária. E é esta polícia que é de vital importância para as corporações Policiais Militares, se estas realmente pretendem permanecer no cenário como um dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública.

A filosofia de polícia comunitária é uma nova forma de “fazer” e “pensar” polícia e as suas estratégias para combater a criminalidade e a violência, inclusive junto às escolas.

A fim de um melhor esclarecimento, doutrinariamente, Polícia Comunitária, para a Polícia Militar do Paraná,

[...] é entendida como a conjugação de todas as forças vivas da comunidade (a própria comunidade, a comunidade de negócios, as autoridades cívicas eleitas, as polícias todas, as outras instituições e autoridades e a mídia), sob a coordenação de policiais especialmente designados, no sentido de preservar a segurança pública, prevenindo e inibindo os delitos ou adotando as providências para a repressão imediata. Deve ser entendida também como uma filosofia de atuação da Polícia Militar, marcada pela intensa participação da comunidade na resolução dos problemas afetos à Segurança Pública. (PARANÁ, 2004, p. 2 et. seq.)

No Estado do Paraná, a filosofia do policiamento comunitário está presente em três projetos desenvolvidos pela Polícia Militar do Paraná e que são baseados nessa nova *"filosofia de pensar e agir na proteção e socorro públicos"*: o Policiamento Ostensivo Volante (POVO), o Programa de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e a Patrulha Escolar Comunitária (PEC). Esta é a que será melhor detalhada pela sua aplicação junto às escolas.

O ambiente escolar, parte importante da vida comunitária, deve ser um local seguro e tranquilo para pais, professores e principalmente para os alunos, sendo ideal para os trabalhos e campanhas de prevenção e combate ao tráfico de drogas e à violência e para proporcionar uma maior integração das Unidades Operacionais de

Área da Polícia Militar com a comunidade escolar, com a comunidade em geral e com os conselhos comunitários de segurança, incentivando atividades culturais e desportivas e orientando procedimentos de segurança individual e coletiva a serem adotados no ambiente escolar, refletindo positivamente em toda a comunidade.

O sentimento de insegurança que aflige, em certas ocasiões, os profissionais das escolas, bem como a repercussão na mídia de alguns casos de violência conseqüente de delitos criminosos nas próprias escolas ou nas imediações, fazem surgir apelos por mais segurança nos prédios escolares. Essa segurança é entendida como necessidade de mais presença policial e instalação de equipamentos de segurança. Entretanto, tais alternativas vêm se mostrando de alcance muito limitado e, em muitos casos, são inapropriados, podendo mesmo gerar aquilo que procuram combater, isso porque uma concepção de controle, que pode ser exemplificada pela presença de câmeras, não faz das escolas um melhor lugar de convivência.

2.5.1 A concepção de Polícia Comunitária

Em países diferentes, as organizações policiais promoveram experiências e inovações com características diferentes. Algumas destas experiências e inovações são geralmente reconhecidas como a base de um novo modelo de polícia, orientada para um novo tipo de policiamento, mais voltado para a comunidade, que ficou conhecido como policiamento comunitário (BAYLEY; SKOLNICK, 2001, p. 52).

As alternativas de contenção da violência, quer sejam repressoras ou preventivas, são sem dúvida o maior desafio encontrado pelos gestores públicos.

Como se convive com uma criminalidade complexa (criativa, grupal, mobilizadora, etc.), não se pode ser simplório nos mecanismos de defesa que também devem ser complexos. Isso remete à idéia da ambiência criminosa.

Conforme Bayley e Skolnick (2001), quatro são as inovações consideradas essenciais para o desenvolvimento do policiamento comunitário:

- a) organização da prevenção do crime tendo como base a comunidade;

- b) reorientação das atividades de policiamento para enfatizar os serviços não-emergenciais e para organizar e mobilizar a comunidade para participar da prevenção do crime;
- c) descentralização do comando da polícia por áreas;
- d) participação de pessoas civis, não-policiais, no planejamento, execução, monitoramento e/ou avaliação das atividades de policiamento.

Estudos de processos de implantação do policiamento comunitário em diversos países apontam quatro fatores cruciais para a implantação e consolidação deste tipo de policiamento (BAYLEY; SKOLNICK, 2001, p. 233 et. seq.):

- a) envolvimento enérgico e permanente do chefe com os valores e implicações de uma polícia voltada para a prevenção do crime;
- b) motivação dos profissionais de polícia por parte do chefe de polícia;
- c) defesa e consolidação das inovações realizadas;
- d) apoio público, da sociedade, do governo e da mídia.

O papel de liderança da polícia é, portanto, fundamental para iniciar e sustentar experiências e inovações visando à introdução do policiamento comunitário.

A estrutura da ambiência criminosa propõe-se justamente a preencher estas necessidades sociais e éticas novas, e possibilita trabalhar segurança pública na perspectiva da Defesa Social.

Nas instituições com resistência às mudanças, estes desvios doutrinários difundem-se rapidamente e criam mitos em relação às funções do policial comunitário, que se não forem destruídos com uma argumentação convincente e demonstrações práticas podem provocar rejeição à prática comunitária.

2.5.2 A Polícia Comunitária na Polícia Militar do Paraná

A Polícia Militar do Paraná - PMPR tem sua missão estabelecida por meio da Diretriz Geral de Planejamento e Emprego da PMPR, na qual se encontra a seguinte afirmação:

no contexto sistêmico da defesa social, a Polícia Militar assume papel de relevância na preservação da ordem pública, prevenindo ou inibindo atos anti-sociais, atuando repressivamente na restauração da ordem pública, adotando medidas de proteção e socorro comunitários ou atuando em apoio aos órgãos da administração pública no exercício do poder de polícia que lhe couber. (PARANÁ, 2000)

Dessa forma, de acordo com a PM/3, uma das concepções de policiamento ostensivo empregado na PMPR, é o "Policiamento Comunitário", materializado na forma do "policiamento ostensivo geral".

De acordo com os já citados conceitos de policiamento comunitário, a PMPR concebe como princípio de policiamento ostensivo aquele

entendido como a conjugação de todas as forças vivas da comunidade (a própria comunidade, a comunidade de negócios, as autoridades cívicas eleitas, as polícias todas, as outras instituições e autoridades e a mídia), sob a coordenação de policiais especialmente designados, no sentido de preservar a segurança pública, prevenindo e inibindo os delitos ou adotando as providências para a repressão imediata. Deve ser entendida também como uma filosofia de atuação da Polícia Militar, marcada pela intensa participação da comunidade na resolução dos problemas afetos à Segurança Pública. (PARANÁ, 2000)

A polícia comunitária não deve ser pensada somente como filosofia de atuação da Polícia Militar, mas também como uma estratégia, no sentido de geração (de idéias, projetos), faculdade de perceber (a comunidade, a própria polícia), de produzir conhecimento por intermédio da interação social.

Essa concepção tem por base a crença de que os problemas sociais terão soluções cada vez mais efetivas, à medida que haja a participação da população na sua identificação, análise e discussão a partir de problemas comuns.

A DIRETRIZ GERAL DE PLANEJAMENTO E EMPREGO DA PMPR estabelece como *pressupostos básicos* do policiamento comunitário:

- a) a prioridade da atuação preventiva (proativa) da Polícia Militar, agindo prioritariamente, para evitar que delitos aconteçam, como atenuante de seu emprego repressivo;
- b) a presença mais permanente do policial-militar junto a uma determinada localidade;
- c) a parceria e cooperação entre a Polícia Militar e a comunidade na identificação dos problemas que lhes afetam, na sua discussão compartilhada e na busca de soluções conjuntas;
- d) a agilidade nas respostas aos desejos e às necessidades de proteção e socorro da comunidade, os quais são obtidos por meio de pesquisas constantes;
- e) a preferência pelo emprego do policiamento no processo a pé, mais próximo e em contato mais estreito com as pessoas;
- f) a resposta ao maior número possível de acionamentos tendentes à sua totalidade;
- g) a visão sistêmica da defesa social e da segurança pública e gestão compartilhada das políticas públicas;
- h) a transparência das atividades desempenhadas pela polícia, de forma a permitir um maior controle e participação no planejamento operacional, pela população;
- i) a atuação do policial-militar como planejador, solucionador de problemas e coordenador de reuniões para troca de informações com a população;
- j) um maior enfoque para a necessidade de um envolvimento comunitário, na busca da excelência organizacional da Polícia Militar, proporcionando melhor qualidade de vida à comunidade. (PARANÁ, 2000, p. 3 et. seq.)

Nesse sentido, pode-se afirmar que o trabalho realizado pela Patrulha Escolar Comunitária é de cunho preventivo, pois o pressuposto básico é que haja a ação educativa pedagógica.

O Projeto Patrulha Escolar Comunitária tem traços de ação preventiva, no momento em que desenvolve apenas na quarta fase as palestras aos seus públicos, o que se pode caracterizar como uma atividade híbrida que circula entre a atividade de repressão, controle (contenção) e preventiva.

A adoção do PROERD como atividade de Policiamento Comunitário vem preencher a lacuna da ação eminentemente preventiva nas comunidades.

2.5.2.1 O Projeto POVO

O Projeto POVO (Policiamento Ostensivo Volante) foi lançado em 1993; destinava-se ao atendimento de um bairro por meio de uma viatura, a qual se identificava com a comunidade que atendia, integrando-se a ela, a fim de reduzir a criminalidade, dando a sensação de segurança, implantando ações preventivas.

Atualmente, esse Projeto está adaptado à nova realidade e às novas tecnologias, totalmente dentro das estratégias de policiamento comunitário, projeto institucional do Governo do Estado e da Polícia Militar do Paraná.

Com o objetivo principal de atuar preventivamente no combate à criminalidade, ajuda a comunidade na solução de seus anseios, o que, certamente, baixará em muito os números da criminalidade.

Em relação à atuação policial no Projeto POVO, assim se manifesta Scheremeta (2005):

nada mais é que a basilar atividade de "policiamento ostensivo" (principal característica da atividade policial-militar) que também destaca a chamada "ação de presença" (outra característica da atividade policial militar) tanto real quanto potencial, obedecendo primordialmente ao princípio da "responsabilidade territorial" e, secundariamente, mas não menos importantes, aos princípios da "aplicação" e da "antecipação", acrescida, logicamente, dos procedimentos da filosofia da Polícia Comunitária já abordados.

O Projeto POVO é um tipo de Policiamento Ostensivo Geral, nos processos "a pé" e "motorizado", nas modalidades de "patrulhamento" e "permanência", de circunstância "ordinária", "urbano", "diuturno", "desdobrado no terreno", com "limites de responsabilidade" territorial e geográfica perfeitamente definidos, desenvolvido junto à comunidade para interação e integração, com a filosofia de polícia comunitária e que tem por objetivos específicos:

- a) orientar a prevenção de delitos ou dissuadir sua prática, pela presença efetiva do policiamento ostensivo;
- b) atender de forma mais rápida, eficiente e eficaz as ocorrências policiais;
- c) intensificar o patrulhamento nos locais e horários de risco, de forma a reduzir as oportunidades para a prática de delitos;
- d) proporcionar maior acessibilidade e conseqüente participação da comunidade nos assuntos de segurança pública;
- e) ampliar e consolidar a permanência do policial-militar junto à comunidade para torná-lo conhecido e participante nas soluções dos problemas de segurança individual e comunitária, localizados ou próprios de bairros, no setor de atendimento da Estação POVO.

Em síntese, a atuação policial no Projeto POVO é realizar a atividade de "policciamento ostensivo", como principal característica da atividade policial-militar, que também destaca a chamada "ação de presença", tanto real quanto potencial, e que obedece ao princípio da "responsabilidade territorial".

2.5.2.2 Patrulha Escolar Comunitária (PEC)

O que motivou o desenvolvimento da PEC, no Estado do Paraná foi a necessidade que a Secretaria de Educação e a Polícia Militar sentiram em dar resposta à crescente violência que já à época, era percebida nas escolas e em seu ambiente.

Em 1994, o governo do Estado insurgiu-se contra a realidade de violência que constatou por meio da atividade de Patrulha Escolar que na ocasião constituía-se por quatro viaturas para a região de Curitiba, cada qual ocupada por duas policiais femininas devidamente armadas, tendo como atividade básica

o patrulhamento ostensivo preventivo e a permanência em áreas internas e externas adjacentes aos estabelecimentos de ensino, atendendo dentro de suas limitações, todas as ocorrências relacionadas à segurança pública e/ou assistências supletivas verificadas próximas às escolas e, preferencialmente, aquelas relacionadas aos alunos e corpo docente. (PARANÁ, 1994)

Saliente-se que, nesta modalidade, o policiamento escolar seguia as regras básicas e tradicionais da Polícia Militar do Paraná. A idéia de repressão pela presença e o atendimento às ocorrências relacionadas às escolas em menor tempo, traduziam a idéia de prevenção. A função desse trabalho era a aproximação à escola e ao seu ambiente, ampliando a segurança no local e seu entorno; também esclarecer dúvidas acerca do trabalho policial, por meio do assessoramento à escola quanto à segurança física das instalações e pela interação com a comunidade escolar e com as autoridades locais, conforme os estabelecimentos de ensino.

Esta forma de policiamento repercutiu positivamente, no entanto agia nas conseqüências dos acontecimentos, frustrando-se quanto ao objetivo da prevenção.

Os problemas continuaram a crescer e os atos delituosos passaram a ocupar o espaço escolar. Havia a necessidade da conjugação das forças vivas da comunidade (BONDARUCK; SOUSA, 2007), dentre elas: as instituições escolares, verdadeiros elos entre o Estado e os cidadãos (crianças, adolescentes, adultos e idosos), com atividade preventiva que é a base da Polícia Comunitária a qual inspira o programa da Patrulha Escolar.

A prevenção, na busca de pequenas mudanças de atitudes, é a principal função da patrulha escolar, ficando em segundo plano a repressão a crimes e a atos infracionais. Deve dar atendimento às solicitações dos diretores de Instituições de ensino, exercendo o patrulhamento no âmbito das respectivas escolas a fim de coibir práticas delituosas.

Constatou-se que no momento em que as pessoas se encontravam nas escolas, era quando estavam mais expostas, sem a proteção de seu grupo, vulneráveis a atos de contenda, vinganças e outros motivos para atritos. Neste contexto, as mortes e ferimentos graves passaram a ser freqüentes no interior das escolas.

Desta forma, a escola precisou aparelhar-se para, nos períodos de atividades, proporcionar não só a sensação de segurança, mas sim melhores condições de segurança a seus alunos e educadores. Alguns avanços foram alcançados; porém a proliferação de pequenos delitos no entorno de ambientes escolares fez com se planejasse uma atuação mais presente em Piraquara-PR e Colombo-PR, cidades da Região Metropolitana de Curitiba, em que os problemas eram mais freqüentes. Lá, após algumas intervenções, na roupagem de Patrulha Escolar III, houve melhoras de uma realidade insegura com ocorrências até de natureza grave em seu interior; após o desenvolvimento das etapas de Patrulha Escolar, as escolas passaram a vivenciar maior segurança e por conseqüência, a combater a evasão escolar.

Em 2003, a Advogada Margarete Maria Lemes, então Assessora Jurídica do Núcleo Regional de Ensino da Área Norte (Região Metropolitana de Curitiba), em conjunto com o então 2º Tenente QOPM Wagner de Araújo, sob a orientação do então Maj QOPM Anselmo José de Oliveira, apresentou ao Comando-Geral da Polícia Militar do Paraná o Programa **“POR UMA ESCOLA MAIS SEGURA”**, a ser implantado justamente nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba e também na própria Capital. Visava ao estabelecimento de uma parceria entre a

Polícia Militar, a Secretaria de Estado da Educação, por intermédio do Núcleo Regional de Ensino correspondente, a Comunidade Escolar (alunos, pais, professores, diretores, funcionários, administração e colaboradores), além da participação de instituições e autoridades locais dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Recepcionado pela Corporação, que editou a **DIRETRIZ N.º 004/2003 - PM/3 – PATRULHA ESCOLAR**, este programa fez com que o Projeto “Patrulha Escolar III” cada vez mais ganhasse força, passando a ser muito mais que um projeto institucional, pois também foi reciclado, melhorado e melhor estruturado para realmente estar dentro da filosofia e das estratégias do policiamento comunitário, tanto é que ganhou status e estrutura de Programa de Governo do Estado, que iniciado em meados de 2003 com a capacitação dos primeiros 65 (sessenta e cinco) policiais-militares que atuavam em Curitiba e Região Metropolitana e de outros 80 (oitenta) para Londrina, foi lançado oficialmente em fevereiro de 2004 com a denominação **“PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA”**.

Nesta nova fase, atualmente, como um Programa de Governo do Estado do Paraná, o PROGRAMA PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA conta com duas coordenações distintas. Uma Coordenação Estadual, de caráter político-institucional, vinculada diretamente ao Secretário de Estado Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado do Paraná, hoje na pessoa do Cmt. Geral da PMPR, Coronel QOPM Anselmo José de Oliveira, que, quando ainda Capitão, Chefe da Seção de Planejamento do 17º Batalhão de Polícia Militar, idealizou o **“Projeto Patrulha Escolar III”**, o qual, depois de somado ao também já comentado Programa “Por Uma Escola Mais Segura”, deu origem ao Projeto, hoje Programa Estadual, PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA.

Para operacionalizar o Programa, criou-se a Coordenação Estadual “Operacional”, de caráter técnico-operacional, vinculada diretamente ao Estado-Maior da Polícia Militar do Paraná, e composta por Oficiais e Praças da PMPR e um representante da Secretaria de Estado da Educação (SEED).

Esta Coordenação foi responsável pelo planejamento das ações e operações que envolveram a PEC como um todo, pelo estabelecimento da maneira de atuação dos policiais militares que pertencem ao programa, pela capacitação profissional dos militares estaduais e dos civis vinculados aos Núcleos Regionais de Ensino e às escolas estaduais, além de servir de coordenação e assessoria técnica junto à

PMPR e à SEED entre os anos de 2004 e 2008.

Realiza como atividades Preventivas (Rotineiras) as atividades do Programa, atividades curativas, seja previamente programadas ou em colaboração com o 181, NARCODENÚNCIA, além de atendimento de ocorrências, quando são acionados em caso de emergência policial, via 190. (SCHEREMETA, 2007)

Além das atividades citadas nas etapas acima, consta do Programa da Patrulha Escolar Comunitária o desenvolvimento de atividades complementares, quais sejam:

- a) Patrulhamento diferenciado;
- b) Interação com a comunidade e autoridades locais;
- c) Aconselhamento de alunos;
- d) Mediação na resolução de conflitos;
- e) Buscas e revistas pessoais (preventivas e por fundada suspeita);
- f) Operações policiais nas áreas externas das escolas.

Este trabalho em etapas e em atividades complementares tem dois objetivos principais. O primeiro é a “**prevenção**” (ações proativas) às ilicitudes penais que possam ser cometidas por estudantes dentro ou fora do ambiente escolar. O segundo é a “**transformação**” da realidade de violência e criminalidade que assola este ambiente em especial. Assim, tornou-se como objetivo secundário a atuação da Polícia Militar nas medidas reativas, ou seja, repressão a crimes, contravenções e atos infracionais.

O **Policamento Escolar**, citado doutrinariamente como “*orientação particular para o planejamento e execução de atividades operacionais*” (PARANÁ, 2000, p. 29), executado na forma de Patrulha Escolar Comunitária, nada mais é que a basilar atividade de “*policamento ostensivo*” em “*ação de presença*” que deve atuar precipuamente preventivamente (ações proativas), e atuar supletivamente na repreensão a crimes e a atos infracionais. A prevenção se dá pela observação da filosofia de Polícia Comunitária, ou seja, pela aproximação da escola e do seu ambiente, ampliando a segurança no local e em seu entorno; pelo esclarecimento de dúvidas sobre o trabalho policial, pelo assessoramento à escola quanto á segurança; e pela interação com a comunidade escolar e com as autoridades locais.

Em resumo, e buscando a doutrina contida no Manual Básico de Policiamento Ostensivo (BRASIL, 1980), tem-se que a Patrulha Escolar Comunitária é Policiamento Ostensivo, nos processos “a pé” e “motorizado”, nas modalidades de “patrulhamento” e “permanência”, de circunstância “ordinária”, “urbano” e “diuturno”, desenvolvido junto à comunidade para interação e integração, com a filosofia de polícia comunitária e que tem por objetivos específicos:

- a) Fazer do ambiente escolar um local seguro e tranqüilo para alunos e professores e de despreocupação para pais e familiares;
- b) Dar especial atenção ao uso e tráfico de drogas nas escolas e em suas proximidades;
- c) Ampliar e consolidar a permanência do policial-militar junto à comunidade para torná-lo conhecido e participante nas soluções dos problemas de segurança;
- d) Incentivar o relacionamento entre educandários e Unidades Operacionais de Área, proporcionando maior conscientização dos alunos por meio de projetos, palestras ou debates coordenados pela Polícia Militar, para o fornecimento de informações que possibilitem à detecção e extinção dos fatores que causam risco à segurança do corpo docente e discente;
- e) Incentivar e apoiar atividades culturais, desportivas e de lazer para a comunidade escolar, programas comunitários de amparo e proteção à criança e ao adolescente, campanhas educativas antidrogas, de segurança no trânsito, de proteção ao meio ambiente, de retorno às aulas, de férias em paz, entre outras. (PARANÁ, 2000, p. 29 et. seq.)

Observa-se assim que a Polícia Militar do Paraná, por meio da Patrulha Escolar Comunitária, adotou uma série de medidas de orientação e prevenção direcionadas aos alunos, pais e professores, por meio de dinâmicas de grupo, a fim de interagir com toda a comunidade escolar, debatendo e propondo soluções naquele ambiente, interna e externamente, tornando-o mais seguro, afastando e minimizando os conflitos de convivência naquele ambiente como no combate e prevenção ao uso de drogas e outros crimes.

Uma dessas medidas é a chamada “Busca Pessoal Preventiva”, na qual houve uma adaptação, por parte das equipes da Patrulha Escolar Comunitária, nas técnicas policiais-militares tradicionais de abordagem, sendo criado um método próprio para execução da busca pessoal (a tradicional “revista”) no interior dos estabelecimentos de ensino, utilizando-se do que prevê a legislação vigente (Código de Processo Penal e Estatuto da Criança e do Adolescente) e alguns preceitos pedagógicos.

Para que esta atividade de revista preventiva seja executada, a Coordenação Operacional do Programa estabelece, obrigatoriamente, a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) Constatação de um histórico de fatos delituosos que tenham acontecido no estabelecimento de ensino, ou suspeita do uso ou tráfico de drogas, ou porte de armas (de fogo ou brancas), e outras suspeições identificadas pelo profissional de segurança pública;
- b) Realização de uma Assembléia com pais (ou responsáveis) dos alunos, tendo como pauta específica a atividade de revista em alunos, em que a maioria dos presentes deverá verificar a necessidade ou não da revista. Caso solicitada a ação policial, o referido documento é encaminhado ao Núcleo Regional de Ensino correspondente;
- c) Ciência (concordância) por parte do Ministério Público e do Poder Judiciário responsável pela Vara da Infância e da Juventude da comarca;
- d) Planejamento operacional específico para tal ação ou operação.

Preventivamente, o Programa Patrulha Escolar Comunitária tem obtido resultados até mesmo em curto prazo (o que não é tão normal em programas de segurança pública), isto com a diminuição não só da criminalidade, mas também com a melhoria no relacionamento interativo da Polícia Militar com a comunidade, mais especificamente com as crianças e os jovens adolescentes, por meio de palestras, reuniões e dinâmicas realizadas com pais, professores e alunos.

Em 2008, a Coordenação estadual operacional foi transformada em BATALHÃO DE PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA(BPEC), para atuar em conjunto com a Secretaria de Estado da Educação em busca do aprendizado coletivo para se buscar a segurança a partir de atitudes diárias, continuadas, praticadas individualmente ou pelo grupo a que este indivíduo pertença, em busca da prevenção, isto por meio da transformação de procedimentos, e repressão a delitos, pelo esforço e ações coletivas. Neste ano de 2008 atende aproximadamente 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) alunos da rede estadual de ensino de forma direta em todo o Estado do Paraná, distribuídos em 2.109 (duas mil, cento e nove) escolas estaduais

As atividades desenvolvidas pela Patrulha Escolar Comunitária no estado do Paraná vêm trazendo ótimos resultados, pois unir a prática ao teórico é sem dúvida uma receita de sucesso.

Cumprir ressaltar também que as atividades de Patrulha Escolar Comunitária estão fundamentadas na legislação vigente, principalmente na Constituição Federal (CF/88) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além das legislações afetas à Polícia Militar.

O artigo 144 da Constituição Federal, prevê: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.” (BRASIL, 2005).

Deixa o referido artigo o entendimento de que a segurança pública existe para o cidadão, sendo o Estado o mantenedor desse serviço essencial por meio das polícias e da justiça, e cobra desse cidadão a responsabilidade.

Cidadão, pode-se dizer, é toda pessoa “*lato sensu*”, que vive em uma sociedade organizada e com ela interage, devendo cumprir os seus preceitos, recebendo dela, em contrapartida, os serviços, a destinação ética e o respeito aos seus direitos básicos. Entre esses direitos, estão a **educação**, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, dentre outros definidos no art. 6º da CF/88. A educação, por excelência, é um dos direitos mais importantes do ser humano, destinado que é, por excelência, a viver em grupos sociais.

Nesse particular, é oportuno rever o que diz o art. 205 da CF/88 (BRASIL, 2005):

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, **seu preparo para o exercício da cidadania** e sua qualificação para o trabalho. (grifo nosso)

Logo, antes de formador de mão-de-obra, a educação desenvolve a pessoa e a prepara para o exercício de sua **cidadania**, mais uma vez se remetendo à polícia, órgão que garante esse exercício e que é essencial à vida moderna, para evitar o estado de barbárie natural. Mesmo que momentaneamente a polícia não dê conta de sua incomensurável missão, é ela a verdadeira protetora dos direitos humanos.

Já o art. 227 da CF/88 e o art. 3º. do ECA dispõem, respectivamente, do mesmo assunto:

Art. 227, CF/88: "É dever da família, da sociedade e DO ESTADO assegurar à criança e ao ADOLESCENTE, com ABSOLUTA PRIORIDADE, o direito À VIDA, à saúde, à alimentação, À EDUCAÇÃO, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, ALÉM DE COLOCÁ-LOS A SALVO DE TODA FORMA DE negligência, discriminação, exploração, VIOLÊNCIA, crueldade e opressão." (BRASIL, 2005) (grifos nossos)

Art. 3º, ECA: "A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da PROTEÇÃO INTEGRAL de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, EM CONDIÇÕES DE LIBERDADE E DE DIGNIDADE". (BRASIL, 2001) (grifos nossos)

Nesse sentido, a Constituição Federal, em seus artigos 205 e 227, caput, estabelece claramente a necessidade da integração entre família, sociedade, comunidade e Estado, no processo de educação de crianças e adolescentes, bem como na sua proteção contra toda forma de violência, crueldade ou opressão.

3 PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Após os estudos feitos acerca dos aspectos que permeiam a temática violência escolar, e por terem sido identificados alguns programas voltados ao combate à violência contra crianças e adolescentes e no particular, no combate à violência escolar, são listados abaixo alguns programas tidos como relevantes no Estado do Paraná, alguns com a participação da Polícia Militar, bem como um programa da cidade de Porto Alegre-RS, que é interessante pela sua amplitude de aplicação.

Inicialmente, cumpre destacar que a Secretaria de Educação do Paraná vem desenvolvendo programas de prevenção por meio de sua Coordenadoria de Desafios Educacionais Contemporânea, que envolve a Diretoria de Políticas e Programas Educacionais, tendo à frente do programa a Professora Lia Burigo e o Professor José Luciano Ferreira de Almeida. O programa visa a atender demandas de movimentos sociais transformadores da sociedade, pois a escola não pode ficar à parte de todo esse processo.

Lá, são desenvolvidos projetos, os quais se destacam a seguir: Enfrentando a violência com ações pedagógicas, são cadernos temáticos em que são debatidos artigos sobre violência por parte de professores, diretores, comunidade escolar. Esse projeto visa a capacitar cerca de 25000 professores da rede estadual; ocorrem também algumas interações institucionais entre secretarias afins, como o programa Viva Escola ainda a ser implantado, bem como a existência de projetos especiais envolvendo cerca de 200 escolas do Estado em situação de superação (baixa renda, IDEB baixo, etc); nessas são realizadas ações envolvendo a família, alunos, para o afastamento das drogas, da violência e para que permaneçam na escola estudando, também com a participação da comunidade escolar. Esse são alguns dos projetos da SEED em parceria com outros órgãos.

Como programas de prevenção podem ser feitos em parceria com órgãos governamentais ou não governamentais, um caso que chama a atenção é a parceria feita entre a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, em 1995, com o programa “Ação contra a violência na escola”, que procurava compreender as relações sócio-econômicas presentes nos atos de violência ocorridos no meio escolar e apontar ações para sua

redução, tanto em nível pedagógico quanto no de articulação com a comunidade mais ampla.

Em continuidade, em data de 4 de julho de 2000, foi promulgada a Lei Municipal nº 8541, que institui o Programa de Prevenção à Violência nas escolas da rede municipal de ensino de Porto Alegre, com os seguintes objetivos:

- fortalecer as relações comunitárias e disseminar ações de solidariedade e cidadania;
- articular a comunidade da região para, com base em diagnósticos, desenvolver ações de promoção e garantia de direitos, especialmente de combate à violência e de valorização da vida;
- desenvolver estratégias de trabalho por meio de parcerias com instituições governamentais e não-governamentais para operacionalizar ações de combate à violência;
- estreitar as relações da escola com a comunidade, reforçando-a como espaço de apoio às ações solidárias;
- formar comissões regionais de prevenção à violência nas escolas, para coordenar e definir as ações.

Dando continuidade a este trabalho e no esforço de implementação da lei municipal, a SMED propõe um programa de dez pontos de prevenção da violência entendendo a prevenção, em seu sentido amplo, como toda ação que visa compreender, reduzir, dissolver, evitar, contrapor toda e qualquer manifestação de violência no meio escolar. Para tal, são apresentadas as seguintes políticas e estratégias:

1 - Refletir sistematicamente a problemática da violência no meio escolar

As questões relativas à violência no meio escolar são ainda pouco conhecidas e abrangem um vasto complexo de causas e variáveis, exigindo um aparelho sistemático de reflexão e estudo e o despreendimento do viés emocional que geralmente acompanha o debate sobre o tema. A tentação, sempre a vencer, é a do simplismo ou do reducionismo em busca de uma compreensão do fato social em suas várias dimensões: física, psicológica, simbólica, social, etc.

- ▶ instalando o Fórum Municipal de Prevenção à Violência nas Escolas, com a participação de representantes das secretarias municipais, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Entorpecentes, Ministério Público, Juizado de Infância e Adolescência, Conselho Tutelar, Ordem dos Advogados do Brasil;
- ▶ implementando as Comissões Regionais de Prevenção à Violência nas oito regiões da SMED;
- ▶ constituindo o grupo de estudos sobre políticas públicas em relação a violência no meio escolar;
- ▶ organizando seminário sobre a violência em meio escolar;
- ▶ estudando a base de dados da pesquisa realizada sobre a temática;
- ▶ oportunizando contato com textos sobre a temática, através de bibliotecas e grupos de leitura; publicando textos;
- ▶ socializando a bibliografia sobre a temática;
- ▶ avaliando sistematicamente as políticas e ações realizadas.

2 - Assumir a não-violência como referencial de toda ação de prevenção à violência

As respostas em relação à violência no meio escolar terão alcance reduzido enquanto permanecerem restritas as medidas de contenção da violência.

Para superá-la, é preciso colocar-se a partir de um outro ângulo e posicionamento: a não-violência, entendida não apenas como negação

(ausência) da violência, mas em sua concepção propositiva de justiça e solidariedade.

- ▶ disponibilizando dados e informações sobre práticas não-violentas realizadas em escolas, movimentos populares e sociais, comunidades;
- ▶ assumindo práticas e campanhas não-violentas e por uma pedagogia não-violenta;
- ▶ destacando elementos e atitudes de não-violência;
- ▶ incluindo datas com referenciais não-violentos no calendário da SMED;
- ▶ criando uma home-page e um boletim virtual da não-violência na escola;
- ▶ criticando a violência presente nas vivências escolares.

3 - Desenvolver a educação para a paz como caminho de superação da violência no meio escolar

As questões relativas à violência no meio escolar são, em primeiro lugar, um problema pedagógico e como tal devem ser tratadas. Violência e paz, como fatos sociais, se aprendem.

A educação para a paz tem emergido como um espaço de crítica da violência cultural imposta pela sociedade (currículo oculto da violência) e de capacitação das pessoas para ações na linha da não-violência.

- ▶ organizando cursos de educação para a paz para professores;
- ▶ desenvolvendo projeto piloto das Oficinas da Paz como espaço de aprendizado e do exercício do protagonismo juvenil em torno de ações pela paz e pela não-violência;
- ▶ incluindo conteúdos sobre a paz, não-violência e direitos humanos no projeto pedagógico das escolas.

4 - Capacitar a escola para constituir-se em núcleo e centro promotor da paz e da cultura de paz

É preciso reconhecer que a violência também se aprende na escola.

A escola, como outros agentes da sociedade, tanto tem expressado como tem produzido violência.

A compreensão ocidental de educação ainda associa por demais aprendizagem com punição, premiação, repressão, etc.

Para a superação da violência no meio escolar, é preciso diminuir o potencial criador de violência da escola e transformá-la num núcleo e centro promotor de paz, aperfeiçoando seu potencial gerador de não-violência e relações solidárias e cidadãs.

- ▶ desenvolvendo uma campanha propositiva: Escola, aqui se aprende a não-violência;
- ▶ inventariando as ações pela paz já realizadas e em curso na escola e em outros espaços da comunidade;
- ▶ constituindo Conselhos pela Paz em todas as escolas da rede municipal de ensino de Porto Alegre;
- ▶ organizando espaços de discussão com a comunidade escolar sobre a temática;
- ▶ organizando, nas escolas, bibliotecas e arquivos sobre violência e paz no meio escolar;
- ▶ divulgando, através da internet, experiências realizadas nas escolas para a construção de uma cultura de paz.

5 - Aprimorar as relações humanas na comunidade escolar

A violência, como um fato humano e um atributo da sociedade, sempre se manifesta em forma adjetiva, como característica e expressão das relações sociais.

Não existe a violência em si, mas relações sociais violentas.

Daí a importância de, num programa de prevenção à violência no meio escolar, oportunizar o aprimoramento das relações humanas na comunidade escolar como referência básica e vislumbrar uma nova compreensão de currículo que, como conjunto de vivências e experiências realizadas na escola, visa o estabelecimento de relações humanas profundas e o aprendizado de formas de resolução não-violenta de conflitos.

- ▶ organizando cursos de resolução não-violenta de conflitos para a comunidade escolar;

- ▶ valorizando e retomando os princípios de convivências estabelecidos na constituinte escolar de 1995 e referendados em 2000;
- ▶ desenvolvendo projeto de recreios auto-gestionados por alunos e pais;
- ▶ valorizando as pessoas (alunos, professores, funcionários, pais, etc.) como sujeitos.

6 - Fortalecer espaços democráticos no sistema escolar

A violência, muitas vezes, apresenta-se como uma forma de expressão dos que não têm acesso à palavra e como a crítica mais radical à tradição autoritária.

Quando a palavra não é possível, a violência se afirma e a condição humana é negada.

Neste sentido, a reversão e a alternativa à violência passa pelo resgate e devolução do direito à palavra, pela oportunidade da expressão das necessidades e reivindicações do sujeitos, pela criação de espaços coletivos de discussão, pela sadia busca do dissenso e da diferença.

- ▶ garantindo o conselho escolar como espaço coletivo de discussão;
- ▶ garantindo aos alunos espaços de reivindicação e expressão de suas necessidades;
- ▶ favorecendo a participação dos alunos e professores no OP da escola.

7 - Fortalecer a cidadania, o protagonismo juvenil e a mobilização social na linha da paz, não-violência e direitos humanos

Muito da exaltação da violência no mundo atual, conforme Hannah Arendt, provém da degradação da ação política e cidadã. A promoção e o desenvolvimento da ação geradora do novo e da cidadania apresenta-se como uma alternativa de diminuir a violência que surge no vácuo da participação social.

As experiências educativas mais conseqüentes, aquelas que têm obtido um resultado mais eficaz nas alternativas à violência, são exatamente aquelas que estão conseguindo criar espaço de ação política em seu próprio seio.

A juventude tem se mostrado muito aberta e receptiva a tudo que vem promover e desenvolver a cidadania e o protagonismo juvenil.

- ▶ apoiando grupos de não-violência: hip-hop, capoeira, tai-chi-chuan, grafiteagem, etc.;
- ▶ participando nos movimentos sociais, de direitos humanos e pacifistas;
- ▶ participando de debates e eventos propostos por outras instituições sobre violência em meio escolar;
- ▶ desenvolvendo campanha contra brinquedos de guerra;
- ▶ capacitando multiplicadores de ações não-violentas junto à juventude;
- ▶ integrando os grupos organizados (gangues) no trabalho de prevenção.

8 - Incentivar projetos de integração escola e comunidade

A diminuição da violência na escola e através da escola está ligada à sua caracterização e consolidação como espaço público e não privado ou restrito a determinados setores da sociedade.

A escola pública reconhece suas raízes comunitárias como espaço de manifestação da liberdade, de relação entre iguais, de prática de cidadania e de enriquecimento do humano.

- ▶ retomando o vínculo da escola com o orçamento participativo;
- ▶ realizando oficinas culturais e artísticas, esporte e lazer, nos finais de semana;
- ▶ participando das reuniões da associação dos moradores, clubes de mães, escolas de samba, etc.
- ▶ desenvolvendo parcerias com organizações não-governamentais para operacionalizar ações de combate à violência;
- ▶ fortalecendo a escola como pólo articulador da rede de atendimento às crianças e adolescentes.

9 - Construir estratégias cidadãs de segurança

Pelas vinculações da escola com a sociedade, a problemática da violência no meio escolar apresenta relações com a questão da segurança, entendida como estratégia cidadã para garantir a vida das pessoas e dos equipamentos públicos que estão a serviço do desenvolvimento desta

mesma vida.

- ▶ formando e capacitando a guarda municipal como educador social;
- ▶ discutindo o papel do policiamento comunitário visando a construção de uma nova relação entre a escola e a polícia;
- ▶ divulgando e realizando debates sobre o ECA;
- ▶ realizando ações que atendam situações de risco;
- ▶ elaborando coletivamente uma cartilha para a guarda municipal;
- ▶ procurando caminhos de superação da problemática da droga na escola;
- ▶ debatendo com os agentes e instâncias de segurança pública estratégias cidadãs de segurança.

10 - Criar espaços de apoio às vítimas da violência

O trabalho de prevenção à violência no meio escolar não pode desconhecer as conseqüências que as relações sociais violentas trazem para as crianças, adolescentes e jovens, tanto transformando-os em vítimas como em desencadeadores de atos violentos.

Atender e acompanhar as vítimas da violência de forma organizada e sistemática é uma demonstração de responsabilidade ética de uma sociedade que se reconhece ela mesmo como violenta em seus padrões, atitudes e normas.

- ▶ organizando comitês de atendimento às vítimas da violência nas regiões;
- ▶ articulando com outros serviços de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência;
- ▶ encaminhando para atendimento as famílias e/ou responsáveis pelas crianças vítimas de violência;
- ▶ realizando o acompanhamento pelo serviço de orientação das crianças e adolescentes desencadeadores de atos violentos;
- ▶ acompanhando cada criança vitimizada pela droga e sua família. (EDUCADORES PARA A PAZ, 2006)

Há de se ressaltar também os programas desenvolvidos por órgãos governamentais estabelecidos pelo Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Educação do Paraná, dentre os quais se destacam:

a) Programa Atitude, da Secretaria Estadual de Justiça o qual apresenta como princípios: fatores de risco relacionados à violência; violência cometida e sofrida contra crianças e adolescentes; e abordagem sistêmica e vinculada às dinâmicas locais, atuando em dez cidades do Paraná (Almirante Tamandaré, Colombo, Piraquara, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Londrina, Cambé, Sarandi, Cascavel e Foz do Iguaçu).

Esse programa tem como características a integração, articulação e funcionamento em rede; aproveitamento dos recursos públicos e comunitários disponíveis em cada localidade; e ação em colaboração com os atores sociais envolvidos, entendendo-os como protagonistas do programa e dos resultados por ele produzidos.

Tem como Eixos de Ação: superação da Violência contra crianças e adolescentes e criação de redes; práticas Formativas, Socializadoras e de

Cidadania; combate ao uso de Drogas; redução da Violência Juvenil; fortalecimento das Estruturas do Sistema de Garantia dos Direitos; participação Social da Juventude; fortalecimento da Família;

b) Programa Escola Aberta: esse programa é realizado aos finais de semana e tem como objetivos ampliar a integração à escola e à comunidade; ampliar a oportunidade de acesso à escola; contribuir para a redução da violência na comunidade escolar;

Ao longo dos últimos anos foram realizadas várias atividades, dentre as quais destacam-se: capacitação dos envolvidos, seminários com a participação da comunidade; capacitação esporte e lazer para os oficinairos.

Há o uso de laboratórios de informática, laboratório de ciências, cozinha, salas de aula, pátios, canchas, salas de vídeo, TV, multimídia e aparelhos de som.

Durante o período em que estão ocorrendo as atividades, não existe registro de roubos, estragos nos equipamentos utilizados, riscos em paredes, quebra de vidros, acidentes, reclamação sobre a limpeza, agressões verbais e físicas, vendas de drogas. Aos finais de semana, a comunidade participa de atividades e, durante a semana, de reuniões pedagógicas;

c) Projeto Escola que Protege: projeto que pretende qualificar profissionais por meio de formação nas modalidades à distância e presencial para uma atuação adequada, eficaz e responsável, no âmbito escolar, diante das situações de evidências ou constatações de violências sofridas pelos educandos; como também pretende promover a articulação de diversos atores nos municípios participantes para uma ação conjunta com responsabilidade compartilhada e negociada, quais sejam: Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, Pró-Reitorias de Extensão das Universidades e Rede de Proteção Integral e Local.

Tem como objetivo geral promover, no âmbito escolar, a defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situações de violência física, psicológica, negligência, abandono, abuso sexual, exploração do trabalho infantil, exploração preventiva.

Já, como objetivos específicos, procura formar profissionais de educação para a identificação de evidências de situações de exploração do trabalho infantil, de violência física, psicológica, negligência e abandono, abuso e exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes; e enfrentamento no âmbito educacional, em uma perspectiva preventiva; sensibilizar e conscientizar a comunidade escolar sobre os prejuízos causados pelas diversas formas de violência (física, psicológica, sexual, negligência, abandono, exploração do trabalho infantil) no desenvolvimento bio-físico-psíquico-social das crianças, adolescentes e à família como um todo; estreitar as relações e integrar os sistemas de ensino ao fluxo de notificação e encaminhamento junto à Rede de Defesa, Responsabilização e Proteção à criança e adolescente.

d) Plano estadual de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes

Agenda para a superação das violências contra crianças e adolescentes (SECJ - Secretaria Estadual da Criança e Juventude)

Essa agenda ratifica o compromisso com o pacto pela infância e a juventude, com as secretarias de estado da justiça, da segurança pública, de educação, da saúde, e a comissão estadual de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, propõe uma rede de proteção pela superação das violências contra crianças e adolescentes.

A ação envolve secretarias de estado, prefeituras municipais, comissões estadual e municipais de enfrentamento à violência, escolas públicas e privadas, unidades de saúde, centros de socioeducação, conselheiros tutelares e de direitos e demais atores do sistema de garantia de direitos.

Apresenta como objetivo geral, mobilizar profissionais e instituições que atuam diretamente com possíveis vítimas de violências, criando mecanismos e instrumentos eficazes da rede de enfrentamento.

Como objetivos específicos, pretende instrumentalizar gestores, professores e funcionários das escolas do Paraná, por meio da indicação de material bibliográfico, de orientação técnica profissional, de seminários palestras e encontros, de estudos de caso e de propostas de abordagem coletivas; implantar um processo de formação continuada dos atores da comunidade escolar; potencializar as redes regionais e municipais de

enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes aproximando seus atores do ambiente escolar; construir propostas conjuntas de ações possíveis para a redução da violência praticada contra crianças e adolescentes dentro e fora do ambiente escolar; integrar as redes regionais e as iniciativas locais em torno da agenda estadual; coordenar ações das escolas com as mobilizações das redes municipais e estaduais; entender o fenômeno da violência e como se manifesta no ambiente escolar, aprofundando a discussão sobre o enfrentamento; capacitar professores, profissionais da saúde e agentes comunitários de saúde, integrantes da comunidade escolar e técnicos municipais para identificar e combater casos de violência contra crianças e adolescentes; desenvolver uma mobilização por parte da sociedade civil organizada (entidades e instituições civis) que trabalham com temática; e organizar um concurso público de redação, frases (slogan para a campanha) e desenhos sobre a temática da violência contra crianças e adolescentes envolvendo escolas municipais , estaduais, federais e privadas.

Na consecução dos objetivos, procurará mobilizar as escolas públicas e privadas para o debate, reflexão e ações necessárias para o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes; realizar a formação dos atores envolvidos por meio de seminários, estudos de caso, debates, atividades de psicodrama; desenvolver junto às crianças e aos adolescentes cursos, palestras, seminários, concursos de redação e / ou frases envolvendo o tema da violência respeitando o diagnóstico e a realidade de cada município; abordar a temática junto aos pais e à comunidade escolar; mobilizar, a partir da escola, a comunidade para participar dos debates e palestras; estabelecer formação continuada de professores para trabalhar o tema com pais e alunos e também para identificação dos casos, encaminhamento das denúncias e trabalho com as vítimas e agressores; fazer reuniões mensais intersecretarias e rede regional dos formadores para acompanhamento e avaliação das atividades; bem como realizar reuniões mensais dos professores e gestores envolvidos para diagnóstico e avaliação das atividades com a participação da equipe multidisciplinar intersecretarias.

e)O PROERD como programa de prevenção

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, PROERD, consiste em uma das ações que compõe as políticas públicas estaduais de segurança pública, de educação, de saúde, e que alça o tema prevenção às drogas e à violência para as comunidades escolares, onde tem diminuído problemas referentes à droga, violência e disciplina nas escolas e em seu entorno, fato comprovado por meio de pesquisas e com resultados concretos e significativos no campo da educação e, conseqüentemente, no da segurança pública.

O PROERD tem se antecipado à ação de traficantes e da violência na escola, família e entorno social, em função do trabalho realizado pelos policiais militares na condição de Educadores Sociais do Programa.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, como atividade educativa de prevenção primária, surgiu no Estado do Paraná no ano de 2000, como iniciativa da Polícia Militar do Paraná na prevenção às drogas e ações que gerem violência; é aplicado às crianças na faixa etária entre 9 e 12 anos de idade, nas quartas séries do ensino fundamental, alcançando ainda os pais, professores e o vasto entorno social, que também recebem orientações por meio de reuniões e palestras, representando um esforço cooperativo entre as Escolas, Família e Polícia Militar.

O PROERD é aplicado por policiais militares que são rigorosamente selecionados e formados em currículo próprio que contém 80 horas aula e, no Estado do Paraná, recebe um adicional de 20 horas aula para a formação do denominado “Educador Social do PROERD”, perfazendo a carga horária total de 100 horas aula.

O Curso é desenvolvido por profissionais da área de educação, que atuam em sala de aula no processo de formação que compõe 10 semanas, e com a presença do policial militar do PROERD uma vez por semana com turmas de quartas e sextas séries do ensino fundamental, sendo o Programa regular que aborda temas que enfocam a valorização à vida.

Seu currículo visa, respeitando-se as necessidades de desenvolvimento psicológico e maturacional dos alunos: adquirir as habilidades e conhecimentos para reconhecer e resistir à pressão dos companheiros ou grupos quando do oferecimento de álcool, cigarros ou outras drogas;

desenvolver a auto-estima; aprender técnicas de como ser seguro; maneiras de dizer não às drogas; aprender alternativas positivas ao uso de drogas; aprender a lidar com o estresse e resolver conflitos; resistir ao envolvimento com gangues; redução da violência; conseqüência dos atos de vandalismo e violência; aprender a tomar decisões; construir habilidades de comunicação; noções de cidadania.

Constituem os objetivos do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD: desenvolver um sistema de prevenção contra a violência e o uso indevido de drogas nas escolas de todo o Estado, para crianças e adolescentes, por meio da educação, usando métodos que priorizem a moral, os bons costumes, a afetividade e os modelos de vida sadia e saudável, de acordo com a realidade, os tipos de drogas usadas e a faixa etária envolvida; prevenir a criminalidade que, segundo dados estatísticos, a maioria dos crimes são relacionados às drogas, de maneira direta ou indireta; melhorar a imagem da Polícia Militar, junto à população, dando-lhe a confiança e respeito necessários, para a execução de seus serviços, visto que o trabalho com crianças, adolescentes e pais, desmistificam a imagem de uma polícia truculenta e arbitrária.

f) **Patrulha Escolar Comunitária**: programa da Polícia Militar, em parceria com a Secretaria de Educação do Paraná, que tem como principais funções a prevenção e a transformação; já como função secundária, a repressão a crimes e atos infracionais.

Executa também outras atividades, tais como patrulhamento diferenciado; interação com a comunidade e autoridades locais; aconselhamento aos alunos, mediante resolução de conflitos, assessoramento aos diretores; operações especiais, como revista pessoal e operações externas às escolas; treinamento de policiais; exclusividade de atuação.

Tem uma abrangência de 100% nos municípios (399), nas escolas estaduais (2106) e nos alunos atendidos (1.500.000).

A Patrulha Escolar Comunitária realiza palestra interativas, distribuídas, a princípio, em 11 atividades:

- 1ª atividade: Abordar as curiosidades (doces, perfumes, armas, objetos desconhecidos, explosivos, roupas, cigarros, bebidas alcoólicas, drogas

ilícitas, acidentes, brigas). em que é importante esclarecer aos alunos que não devem, por conta da curiosidade, envolver-se em assuntos que não lhes digam respeito. São curiosidades corriqueiras no entorno da escola - são uma forma de atraí-los para que façam ou pratiquem ilicitudes que podem colocar em risco: sua vida, a incolumidade de sua família e a comunidade escolar e que, por se tratarem de incoerências aos ensinamentos da escola, devem ser evitados;

- 2ª atividade: Diagnosticar os motivos que levam às aglomerações no entorno da escola, identificando problemas que possam gerar e discutir formas de evitar tais problemas. Deverão ser mostradas as questões legais quanto à permanência de estranhos no entorno da escola e como pessoas podem ser envolvidas em situações de risco apenas por estar freqüentando tal local;

- 3ª atividade: Orientar os alunos sobre as implicações penais que podem ser acarretadas pela agressão física, devendo enfatizar-se que pessoas inteligentes usam argumentos - e não a força física - para defender suas idéias. Os conflitos devem ser resolvidos por meio do diálogo; e nas escolas existem pessoas que podem mediar qualquer situação adversa. Tratar também das implicações penais que recaem na agressão física, salientando que está caracterizada a formação de quadrilha quando simples alunos se reúnem em grupos com a intenção de brigar;

- 4ª atividade: Orientar os alunos quanto a procedimentos que promovam a segurança, durante o dia-a-dia escolar e orientar quanto ao porte de materiais não pedagógicos;

- 5ª atividade: Orientar os alunos sobre a necessidade de manter afastadas as pessoas estranhas, com interesses adversos ao interesse escolar, e quanto a procedimentos que possam contribuir para afastar tais pessoas das imediações da escola;

- 6ª atividade: Preservação do Patrimônio Público, ensinando ao aluno a importância de se preservar o patrimônio público. Destacar que tais bens foram adquiridos e construídos com o dinheiro público, isto é, dinheiro dos diversos impostos que as pessoas pagam e, também, com verbas destinadas ao desenvolvimento urbano, pelos governos, após análise das necessidades das comunidades em geral. Por serem considerados

bens comuns, deve-se ter o cuidado de conservá-los adequadamente para que todos possam usufruir;

- 7ª atividade: Respeitar as pessoas em todas as suas diferenças: origens étnicas, idades, compleição física, modo de falar, costumes, modo de vestir, tradições, profissão que exercem e outras características próprias;

- 8ª atividade: Enfatizar a importância do respeito às diferenças (situação econômica, comunidade em que mora, roupas que usam, religião que praticam, portadores de necessidade especiais, ideologias, idades, partidos políticos, educação inclusiva, diferenças étnico racial e outras tantas...), informando aos alunos que no mundo de nossa existência coletiva, inúmeras são as diferenças entre os seres humanos e seus comportamentos;

- 9ª atividade: Orientar os alunos quanto aos riscos das más influências nas rodas de amigos (ingestão de bebidas alcoólicas, brigas, uso de drogas, armas de fogo, brincadeiras de mau gosto, entre outras situações);

- 10ª atividade: Conscientizar os estudantes sobre os cuidados que devem tomar ao ser abordados por pessoas em frente à escola, bem como, dos riscos que podem estar correndo em razão dessas abordagens e de como evitar esse perigo;

- 11ª atividade: Conscientizar os alunos sobre o perigo de aceitar carona de pessoas estranha.

Além dessas atividades também há as palestras direcionadas a professores, pais, alunos e comunidade (4ª etapa). São palestras direcionadas para um público-alvo. São denominadas PEC SEGURANÇA PROFESSORES; PEC SEGURANÇA PAIS; PEC SEGURANÇA ALUNOS e têm como objetivo instruir professores, pais e alunos e comunidade quanto às formas mais simples de se buscar segurança, a fim de suprir a comunidade escolar de conhecimentos que sejam úteis e necessários ao seu dia-a-dia em busca de soluções para o aumento do sentimento de segurança.

Convém destacar novamente que a prevenção e a transformação, como atividades-base, dão-se por atividades propostas pela Patrulha Escolar e

devem ser desenvolvidas essencialmente em conjunto com a comunidade escolar (essas atividades são desenvolvidas em etapas):

- Avaliação das instalações físicas com orientações ao diretor (1ª etapa);
- Aplicação de dinâmicas para os segmentos escolares, pais, professores e alunos (2ª etapa);
- Execução do Plano de Ação (3ª etapa);
- Execução do Plano de Palestras (4ª etapa);
- Construção do Plano de Segurança (5ª etapa);
- Aplicação das Ações curativas. (PARANÁ, 2008)

O atual Programa PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA, conforme previsto na **DIRETRIZ N.º 004/2003 - PM/3 – PATRULHA ESCOLAR**, está dividido em cinco (05) etapas, a saber:

- a) Avaliação das instalações físicas do estabelecimento quanto à funcionalidade e segurança que estas proporcionam ou não, com sugestões de aprimoramento e adaptações, com a emissão de “laudo de segurança” para instruir solicitações de recursos oficiais para reparos e adaptações. Os policiais-militares visitam a escola e, atendendo a critérios previamente definidos, procedem à avaliação das instalações físicas, orientando a direção quanto a procedimentos que possam tornar o local mais seguro e funcional;
- b) Coleta de informações junto à comunidade escolar para formação de diagnósticos e para o estabelecimento de metas a curto, médio e longo prazos, identificando problemas comuns, buscando soluções, refletindo sobre os papéis de cada segmento e obter compromissos em cada segmento social. Para a elaboração desse diagnóstico escolar há a necessidade de que a realidade local seja diagnosticada e, conjunto pelos policiais, professores, diretores, alunos e funcionários;
- c) Concretização das idéias, tomada de providências e mudanças nos procedimentos pela administração e pela comunidade escolar, com o apoio dos policiais-militares. É a execução e a realização das providências indicadas no diagnóstico;

- d) Palestras à comunidade escolar, alcançando alunos, pais, professores e funcionários. As palestras serão ministradas por policiais-militares da Patrulha Escolar Comunitária a cada um destes segmentos da comunidade escolar, com temas distintos para cada segmento;
- e) Elaboração do Plano de Segurança. Todas as atividades desenvolvidas pela Patrulha Escolar Comunitária e que estão descritas anteriormente serão registradas no Plano de Segurança de cada estabelecimento de ensino, de forma a traduzir todas as atividades desenvolvidas pela comunidade escolar e administração do estabelecimento em prol da segurança daquela parcela da comunidade. (PARANÁ, 2003, p. 5 et. seq.)

4 METODOLOGIA

Feitas as considerações teóricas a respeito da violência escolar, da sua prevenção, da atuação da escola, da família e da Polícia Militar no contexto escolar, estabeleceu-se a metodologia utilizada para demonstrar como pode ser feita a prevenção da violência escolar a partir da atuação da escola, da família e da Polícia Militar. Para tanto, caracterizou-se a metodologia utilizada, como os dados foram coletados, sistematizados e analisados. Em seguida, foram discutidos os resultados para, ao fim, serem estabelecidas propostas para ações preventivas da escola, da família e da Polícia Militar no combate á violência escolar.

4.1 CARACTERIZAÇÃO

Para dar suporte teórico à pesquisa, este trabalho adotou a linha de pesquisa exploratória, qualitativa, não-experimental com pesquisa bibliográfica e empírica de vários autores que versam sobre a temática tratada e análises documentais pertinentes ao tema, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, órgãos governamentais e da Polícia Militar do Paraná, com consulta a legislações pertinentes

4.2 COLETA DE DADOS

Feitas as pesquisas em fontes bibliográficas e documentais de vários autores e em órgãos governamentais, as quais estão referendadas ao longo do estudo, aqueles julgados mais relevantes para o presente trabalho foram selecionados para que se pudesse, em seguida, fazer uma análise do material coletado, e assim, estabelecer ações preventivas no combate á violência escolar.

Buscou-se, também, em periódicos, sites específicos e órgãos representativos da comunidade, subsídios que fundamentassem esse estudo. Esse

material apresentado ao longo do trabalho abordou inicialmente a educação de uma forma geral, e, em específico, o papel da escola, do professor, bem como da família e a participação da Polícia Militar na prevenção da violência escolar. Convém salientar que a abordagem feita foi de maneira abrangente, não havendo a preocupação em demonstrar especificamente a existência de determinada situação como a mais saliente nesse contexto. Frise-se que se está falando do uso das drogas, que embora sejam evidentes sua existência e importância, não foram detalhadas neste estudo, apenas mencionadas, quando se procuram ações preventivas.

4.3 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE

Dentre o material julgado pertinente e selecionado para este estudo, destacam-se algumas obras de autores como Mirian Abramovay (“Escola e Violência”); Ilana Laterman (“Violência e incivilidade na Escola”); Isabel Fernandez (“Prevenção da Violência e solução de conflitos”); e o livro Violência na Escola- Um guia para pais e professores de Caren Ruotti, Renato Alves e Viviane Cubas. Além destes foram também analisadas as legislações pertinentes, Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como fontes da Secretaria de Educação do Paraná com programas de prevenção desenvolvidos, além de um programa de prevenção implantado em Porto Alegre, o qual é destacado por ter práticas relevantes e que podem ser empregadas futuramente.

Também se analisou toda a documentação existente na Polícia Militar do Paraná, mais precisamente do Batalhão de Patrulha Escolar, que envolvesse o contexto escolar, com especial atenção para as atividades preventivas desenvolvidas, quais sejam, palestras direcionadas a professores, a pais, alunos, à comunidade escolar em geral, além das palestras interativas que são realizadas, voltadas aos alunos em particular.

Todas essas fontes e documentos foram analisados sistematicamente, fazendo-se uma leitura de modo a se perceber o grau de preocupação existente com essa realidade da violência nas escolas. Procurou-se fazer uma identificação e seleção de informações de modo a enfatizar cada objetivo estabelecido. Reuniu-se,

estabeleceu-se e analisou-se tudo aquilo que tratasse dos principais programas, das principais medidas a serem tomadas na prevenção da violência escolar, seja por parte da Secretaria de Educação somente, seja envolvendo outras secretarias de estado, bem como foi feita uma compilação dos dados para que se faça uma interpretação conjunta dos dados a fim de se estabelecer medidas para a prevenção da violência escolar pela participação da escola, da família e da Polícia Militar.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De posse de todo o material coletado e selecionado para o presente trabalho e que foi abordado visando a atingir o objetivo estabelecido, constatou-se a necessidade da reflexão e ação a respeito do combate à violência escolar. Percebeu-se que muito tem sido feito pelo Governo do Paraná por meio de suas Secretarias de Estado, em particular a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança, por intermédio da Polícia Militar.

Saliente-se que os programas desenvolvidos pela Secretaria de Educação em parcerias são programas que atendem ao clamor da sociedade. Esses programas, unidos ao que faz a Patrulha Escolar Comunitária com suas palestras direcionadas e palestras interativas aos alunos, pais e professores fazem com que o combate à violência escolar deixe de ser algo inatingível.

Com esses programas, subsidiados pelo referencial teórico proposto, pôde – se constatar uma sensibilização e motivação dos grupos envolvidos, ao incorporarem ações e posturas nas práticas diárias da escola. Ficou claro, com as idéias colocadas ao longo do trabalho, com os programas desenvolvidos, que qualquer tentativa de trabalho de prevenção da violência escolar deve ter a participação de todos os membros envolvidos para que se atinja a tranquilidade desejada a fim de a escola poder desempenhar sua função de formar cidadãos e prepará-los para o exercício da cidadania.

Os programas desenvolvidos são voltados a uma atenção ao jovem no sentido de oportunizar a ele melhores condições de formação de crescimento e de inserção na sociedade, bem como todos ainda que vistos separadamente, têm possibilidades de interagir uns com os outros, fazendo com que haja, assim, um completamento nos propósitos estabelecidos pelos órgãos governamentais, em especial, pela Secretaria de Educação e pela Polícia Militar.

Muitos deles, como por exemplo, o PROERD, a Patrulha Escolar, em que a Polícia Militar atuam independentes, operacionalmente falando, mas que complementam outras ações desenvolvidas, até porque as drogas estão presentes nesse contexto. Em relação ao PROERD, é composto de políticas públicas estaduais de segurança pública, de educação e de saúde, que trabalham o tema da prevenção às drogas e à violência para as comunidades escolares, o que tem

mostrado que tem diminuído problemas referentes à droga, violência e disciplina nas escolas e seu entorno.

Em igual entendimento, a Patrulha Escolar Comunitária, atualmente sob a coordenação do Batalhão de Patrulha Escolar, o qual tem também como atividades o PROERD, tem desempenhado ações que vêm trazendo resultados muito significativos no combate à violência escolar. Com suas ações preventivas, desmistifica a presença e a atuação do policial militar nas escolas, ao mesmo tempo em que repassa informações, de forma didática e bem estruturada, em várias etapas de atividades, que envolvem separadamente pais, professores alunos e a comunidade escolar, o que faz com se tenham resultados altamente positivos.

Percebeu-se que o trabalho realizado pela Patrulha Escolar Comunitária, por meio de palestras, procura realizar atividades de conscientização, de esclarecimento e principalmente de modificação de comportamentos e posturas em todos os envolvidos no contexto escolar. Para todos são proferidas palestras que, ao final mostrarão uma uniformidade de pensamento e condutas. Com isso faz um trabalho preventivo, de auxílio e complementaridade de conhecimentos e de ações que se bem seguidos, certamente auxiliarão no combate à violência escolar, especificamente e à segurança em geral, procurando estabelecer atribuições e conscientizar cada um da sua importância no combate à violência escolar.

Essas ações põem em prática os ensinamentos de estudiosos a respeito da violência escolar, pois os conceitos, as teorias acerca do assunto, além de serem debatidos e confrontados pelos autores, são de forma clara, nítida, transformados em ações.

Ficou evidenciado pelas abordagens teóricas, pelos programas desenvolvidos pela Polícia Militar, por meio da Patrulha Escolar Comunitária e pelas secretarias de estado, em especial da Secretaria de Educação, que, com a participação efetiva dos pais, professores e dos alunos em ações preventivas, será possível estabelecer melhores condições de formação de crescimento e de inserção na sociedade, seja do estudante, seja de toda a comunidade escolar.

6 AÇÕES COLETIVAS

Como ações coletivas a serem executadas, pede-se cada vez mais um envolvimento de toda a comunidade escolar, pais, professores, alunos, policiais; evidentemente, cada um em sua área de atuação, mas todos envolvidos em prol de um objetivo comum, a prevenção da violência escolar.

A seguir lista-se uma série de ações que podem ser implementadas ou aperfeiçoadas a fim de que se combata a violência escolar. Não se procurou esgotar a temática com todas as medidas, mas sim, apenas enumerar algumas que podem ser muito úteis numa atitude de prevenir à violência escolar:

- a) Investimento contínuo em palestras, encontros, seminários, enfim, atividades que façam com que todos os envolvidos possam refletir a respeito da sua participação no combate à violência escolar;
- b) os pais devem acompanhar seus filhos em atividades realizadas na escola aos finais de semana para uma aproximação maior com seu filho e seu lugar de estudo;
- c) incentivo cada vez mais de parcerias com Conselho Tutelar, Conselho Comunitário de Segurança e órgãos voltados ao bem-estar da criança e do adolescente;
- d) participação da sociedade civil organizada no sentido de proporcionar o primeiro emprego a jovens no contraturno de aula, ajudando assim no futuro dos adolescentes;
- e) abastecimento às bibliotecas das escolas de livros e periódicos que versem sobre a prevenção da violência escolar;
- f) coordenação pedagógica das escolas deve programar atividades, palestras encontros com seu público para refletirem a respeito de medidas para o combate à violência escolar;
- g) criação de projetos a serem implantados em escolas dependendo da realidade de cada estabelecimento de ensino;
- h) realização periódica de seminários sobre os direitos constitucionais, legislação em geral, ética, cidadania, por meio dos quais, pais, professores e alunos, ficam cientes de seu papel na sociedade;

- i) proposição de ações que cada participante, pai, aluno, professor, deve tomar para prevenir e combater a violência, começando pelos seus lares.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência protagonizada pelos jovens nas escolas é uma realidade inegável. A sociedade terá que se organizar e insurgir-se ativamente contra este fenômeno. De igual modo, a escola terá que ajustar os seus conteúdos programáticos e acercar-se mais às crianças. Devido às exigências, as famílias muitas vezes destituem-se da sua função educativa, delegando-a à escola. No meio de toda esta confusão, estão as crianças, adolescentes que, atuam conforme aquilo que observam e agem consoante os estímulos do meio. Meio esse que por vezes oferece modelos de conduta e referências positivas questionáveis.

O trabalho procurou contribuir para uma reflexão sobre o combate da violência escolar a partir da atuação da escola, da família e da Polícia Militar sobre o papel da violência na escola e sobre como preveni-la dentro do enfoque de que a melhor forma de prevenção é a escola conseguir cumprir o seu papel de agente socializador, criando condições para que as crianças e os jovens se desenvolvam de modo saudável, a família atue juntamente com a escola e a Polícia militar atue preventivamente com ações e palavras.

É fundamental atentar para o fato de que as medidas de força não resolvem o problema da violência e das incivildades, pois não atingem o cerne da questão: a qualidade das relações interpessoais na escola. O mesmo pode ser dito sobre as soluções tecnológico-repressivas - detectores de metal, circuito interno de TV, câmeras. Nem a presença de polícia para fazer revistas surpresas vai melhorar o clima das escolas.

Afinal, uma política repressiva nunca substituirá políticas sociais e programas que transformem a escola em um espaço de segurança, de prazer e, por que não, de alegria. E isso só é possível se programas e políticas levarem em conta alunos, professores, diretores e demais membros da equipe técnica da escola visando à superação das violências nas escolas.

Nesse contexto, destaque-se a relevância dos contextos sociais dos jovens, ainda que apareçam bem focados como fatores desencadeantes de comportamentos violentos a desagregação familiar, a pouca ou inexistente atração pela escola, o grupo de amigos portadores de armas, consumo de álcool, cigarro e até drogas e o acesso excessivo aos programas de televisão, internet, etc.

Para combater a violência, a escola deve analisar a forma como é exercido o seu controle, deve organizar-se pedagogicamente para conseguir deter a violência não só no seu interior, mas também no exterior. Da mesma forma, a família deve exercer o seu papel na educação, não transferindo para a escola toda a formação de seu filho.

Percebe-se que a violência escolar, como um problema social, acaba por requerer a atenção do Estado, que intervém de maneiras diferenciadas, como visto, dependendo da concepção que tem sobre essa violência. Assim, o poder público não só passa a tratá-la como um problema de segurança pública, o que é evidenciado pelas medidas de policiamento nas escolas e instalações de equipamentos de segurança, mas também com iniciativas ao longo das gestões, mais educativas, evidenciadas pelas propostas de abertura das escolas nos finais de semana, a fim de propiciar uma maior aproximação entre comunidades e escola, além de palestras e atividades interativas, palestras, programas de conscientização voltados à comunidade escolar, como visto ao longo do trabalho.

A comunidade escolar deve ter sempre em mente a preocupação em relação à violência escolar. Essa preocupação poderá ser materializada, por exemplo, com a elaboração do Plano Estadual de enfrentamento à Violência Escolar, nos mesmos moldes do Plano Estadual de Enfrentamento à violência contra Crianças e Adolescentes já em desenvolvimento desde 2005 pelo Governo do Paraná, o qual teria a participação efetiva dos professores encarregados da educação escolar, dos pais, dos estudantes e da comunidade em geral, pois todos têm a responsabilidade na consecução dos resultados. Assim, junto às atividades realizadas pela escola é preciso que se tenha em mente que, mais do que fórmulas prescritas e projetos esporádicos, exige-se um trabalho sério e conjunto que não se esmoreça diante dos vários obstáculos que possivelmente surjam.

Percebeu-se também que as ações desenvolvidas pela Patrulha Escolar Comunitária, como braço da Polícia Militar, e os programas desenvolvidos pelos órgãos governamentais, inter-relacionados, vêm juntos proporcionar possibilidades de resultados satisfatórios no combate à violência escolar e na prevenção da violência em geral, vindo ao encontro dos objetivos propostos no presente trabalho.

Com suas ações preventivas, vêm, ao mesmo tempo, desmistificando a presença e a atuação do policial militar nas escolas, bem como estabelecendo

informações didaticamente bem estruturadas em várias etapas de atividades, o que faz com se tenham resultados altamente positivos.

Percebeu-se o atingimento dos objetivos propostos na medida em que com os programas desenvolvidos, seja pela Polícia Militar seja pela Secretaria de Educação do Paraná, em parceria, realizam ações coletivas envolvendo a família, a escola e a Polícia Militar no combate à violência escolar, bem como ficou salientado que existem medidas preventivas, seja no combate ao vandalismo, seja no combate à violência. Outro aspecto que ficou fortemente destacado ao longo do trabalho foi a caracterização das possíveis atribuições de cada um no combate à violência a partir das palestras específicas, bem como nos programas desenvolvidos pela Secretaria de Educação.

Para a consecução dos objetivos propostos teve-se como limitação a exigüidade de tempo para pesquisa e apontamentos teóricos, haja vista a temática ser muito ampla e com muito material a ser pesquisado, e o pouco tempo disponível para dedicação, tendo em vista a continuidade de atividades rotineiras. Mesmo diante dessa situação, pôde-se, com a reunião do material teórico já descrito, unido aos programas de prevenção estabelecidos pela Secretaria de Educação e pela Polícia Militar, mostrar o quão relevante é o pensar, o refletir e, principalmente, o agir quando se trata de combater a violência escolar.

Entretanto, é preciso ressaltar que em termos de prevenção nas instituições escolares ainda há muito que ser pesquisado, pois a própria estrutura escolar e sua relação com os processos sociais mais amplos estão sempre em pauta, assim como os processos de socialização das novas gerações e as possibilidades de construção de uma sociedade democrática. Embora existam políticas públicas de prevenção da violência escolar, existem desafios a superar. É muito importante que essas práticas não sofram solução de continuidade, principalmente em nível governamental ao longo de diferentes gestões de governo, pois, para a prevenção, há a necessidade de uma participação de toda a comunidade escolar em projetos coletivos integrados à realidade da escola.

É relevante que os projetos existentes, as atividades desenvolvidas sejam constantemente aplicadas e que ações, atividades, programas, que, por ventura ainda não foram desenvolvidos, sejam implementados para que cada vez mais se possa trabalhar em prol de uma educação melhor, com menos violência e mais espaço para o desenvolvimento de cada estudante como futuro cidadão.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. et. al. **Escola e Violências**. Brasília: UNESCO, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

BAYLEY, D.H.; SKOLNICK, J.H. **Nova Polícia**: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas. São Paulo: USP, 2001.

BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, César Alberto. **Polícia Comunitária**: Polícia cidadã para um povo cidadão. 3. ed. Curitiba: Associação da Vila Militar/Comunicare, 2007. 12 v.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Vértice, 2005.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei nº. 8.069/90, São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Manual Básico de Policiamento Ostensivo**. Brasília: IGPM, 1980.

BRUNETTA, Antonio Alberto. **Autoridade policial na escola**. Araraquara: Junqueira & Martins Fontes, 2006.

BUCHER, R. **Drogas e drogadição no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CAMACHO, Luiza M. Y. **Violência e indisciplina nas práticas escolares de adolescente**: um estado das realidades de duas escolas semelhantes e diferentes entre si. Tese (Doutorado), USP, São Paulo, 2000.

CHAUÍ, Marilena. Contra a violência. In: CICLO DE DEBATES AÇÕES AFIRMATIVAS: ESTRATÉGIAS PARA AMPLIAR A DEMOCRACIA, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2007.

COLOMBIER, Claire; MANGEL, Gilbert; PERDRIault, Marguerite. **A violência na escola**. São Paulo: Summus, 1989.

CUBAS, Viviane; ALVES, Renato; RUOTTI, Caren. **Violência na Escola: Um guia para pais e professores.** [S.l.]: Imprensa Oficial, 2006.

DELORS, Jacques et.al. **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 3. ed. Porto: Edições Asa, 1996.

EDUCADORES PARA A PAZ. **Programa de prevenção de Porto Alegre.** Disponível em: <<http://www.educapaz.org.br/modules/wfsection/article.php?articleid=2>>. Acesso em: 02 jun. 2006.

FERNANDEZ, Isabel. **Prevenção da violência e solução de conflitos: o clima escolar como fator de qualidade.** [S.l.]: Madras, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

GUIMARÃES, Áurea Maria. **Vigilância, punição e depredação escolar.** Campinas: Papyrus, 1998.

LATERMAN, I. **Violência e incivilidade na escola.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

MARRIEL, Lucimar Câmara et. al. **Violência Escolar e Auto-Estima de adolescentes.** **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 127, jan./abr. 2006

MESQUITA NETO, Paulo de et al. **Prevenção do Crime e da Violência.** São Paulo: Pioneira, 2004.

PARANÁ. **Diretoria de Políticas e Programas Educacionais /** Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. Curitiba: SEED, 2008.

_____. **Diretriz Geral de Planejamento e Emprego da PMPR – Diretriz N.º 004/2000 - PM/3.** Curitiba: Polícia Militar do Paraná - Comando Geral, 2000.

_____. **Patrulha Escolar – Diretriz n.º 004/2003 - PM/3.** Curitiba: Polícia Militar do Paraná - Comando Geral, 2003.

_____. **Patrulha Escolar Comunitária.** Disponível em:
<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/patrolhaescolar/index.php?PHPSESSID=2007053008272674>>. Acesso em: 15 set. 2007.

_____. **Polícia Comunitária.** Curitiba: Polícia Militar do Paraná - Estudo de Estado Maior da 3ª Seção do Estado Maior, 1997.

_____. **Policciamento Comunitário na PMPR – Diretriz n.º 002/2004 - PM/3.** Curitiba: Polícia Militar do Paraná - Comando Geral, 2004.

_____. **Projeto para implantação da Patrulha Escolar na cidade de Curitiba.** Curitiba: Polícia Militar do Paraná - Projeto do Estado Maior, 1994.

_____. **Projeto para implantação de estações de Policiamento Volante – POVO.** Curitiba: Polícia Militar do Paraná - Projeto da 3ª Seção do Estado Maior, 1993.

_____. **Projeto Patrulha Escolar III.** São José dos Pinhais: 17º Batalhão de Polícia Militar – Batalhão Metropolitano, 2000.

_____. **Projeto POVO – Estratégia para difusão e implementação de Polícia Comunitária.** Curitiba: Polícia Militar do Paraná - Projeto da 3ª Seção do Estado Maior, 2003.

_____. **Proposta de programa para segurança nas escolas – Por uma escola mais segura.** Curitiba: Núcleo Regional de Ensino da Área Metropolitana Norte – Assessoria Jurídica, 2003.

_____. **Programa Patrulha Escolar Comunitária.** Curitiba: Governo do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública – Secretaria de Estado da Educação – Casa Militar da Governadoria, 2003.

PINTO, Terezinha; REIS, Cristina. **A questão da depredação escolar:** Sociedade civil e educação. Campinas: Papirus, 1992.

SANTOS, José V. T. A violência na escola: conflituidade social e ações civilizatórias. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v 27, n. 1, p.105-122, jan-jun. 2001.

SCHEREMETA, Marcos Teodoro. **A polícia comunitária na Polícia Militar do Paraná**. Curitiba: EM/PMPR, 2005.

_____. **Capacitação profissional**: fator primordial para o sucesso do Programa Patrulha Escolar Comunitária no Estado do Paraná. Monografia (CSP), Curitiba, 2007.

VIZZOLTO, Salete Maria. **A droga, a escola e a prevenção**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.